Quercus
ambiente

Julho/Agosto 2008 • Ano 5 • n.º30 • www.quercus.pt • Distribuição gratuita

Na pista das florestas do Camboja

MT

► Páginas 16 e 17

O Lobo Ibérico

JPF

► Página 27

Entrevista a Ricardo Serrão Santos
Sobre os nossos mares

"O cientista deve levar as suas ideias à sociedade"

M.J.V

► Página 4, 5 e 6

Centros Integrados de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos Industriais Perigosos

Os Cirver

LF

► Página 23, 24

Damos
Novos Mundos
à Saúde
Em termos genéricos, somos Portugueses.
Empresa certificada em
Segurança, Qualidade e Ambiente
TÜV SÜD ISO 9001
SGS
SGS
Fresenius Kabi
Caring for Life
LINHA DIRECTA LABESFAL GENÉRICOS 918 643 285
LABESFAL - LABORATÓRIOS ALMIRO, SA - Santiago de Besteiros - 3465-157 - Campo de Besteiros - PORTUGAL
Tel.: +351 232 83 11 00 • Fax: +351 232 83 11 12 • genericos@labesfal.pt
www.labesfalgenericos.pt
LABESFAL
GENÉRICOS
Pela Nossa Saúde

Sistema de Certificação Energética dos Edifícios entrou na segunda fase

Não existem peritos suficientes para assegurar a aplicação a todos os nossos edifícios

Iniciou-se no dia 1 de Julho de 2008, a segunda fase de implementação do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios, que entrou em vigor em Julho de 2007. Até agora esta certificação era apenas exigida a edifícios novos com mais de mil metros quadrados de área construída. Com a aplicação desta segunda fase, todos os edifícios novos, independentemente da sua área ou fim, têm de possuir obrigatoriamente um Certificado de Desempenho Energético e pôr ainda em prática medidas de redução do consumo energético.

Direcção Nacional da Quercus

No Certificado Energético constarão informações relativas às necessidades energéticas do edifício em questão numa utilização normal e às suas características construtivas, factores que irão determinar a sua maior ou menor eficiência energética.

O mesmo documento integrará ainda propostas sobre medidas de melhoria do desempenho energético e da qualidade do ar interior.

De acordo com a eficiência energética do edifício, é possível saber a sua classe energética, que se assemelha à classificação de A a G aplicada aos electrodomésticos. A diferença aqui é que para os novos edifícios serão apenas admitidas classificações entre A+ e B-.

Estamos a falar de informações úteis para os consumidores, sejam eles proprietários, compradores ou arrendatários, no sentido de lhes permitir fazer uma escolha mais consciente e fundamentada na altura de decidir entre as várias opções que o mercado lhe oferece.

O sector dos edifícios é responsável por uma grande fatia dos consumos de energia final (30%), percentagem que sobe para 62% se falarmos apenas de energia eléctrica. A eficiência energética torna-se assim uma questão fundamental e impossível de ignorar nos dias de hoje.

Um edifício eficiente estará a contribuir não só para um consumo racional de energia, como também para a redução da factura energética dos consumidores. Os benefícios alargam-se também ao ambiente, pois estaremos a reduzir consequentemente as emissões de CO2 para a atmosfera, ajudando Portugal a atingir as metas propostas no Protocolo de Quioto.

Outro propósito do Sistema de Certificação Energética (SCE) é dar cumprimento ao Plano Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC), impulsionando a instalação de colectores solares para aquecimento de águas. A meta do PNAC é conseguir instalar 100 000 m2/ano entre 2007 e 2020. De acordo com o Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética (PNAEE), será possível poupar até 2015 58.796 tep (tonelada equivalente de petróleo). O PNAEE estima ainda que este SCE possa reduzir o consumo em aquecimento e arrefecimento em mais de dois terços, reforçando a mesma meta definida pelo PNAC. Este resultado reforça a compatibilidade deste plano com o PNAC, vindo a estabelecer uma meta mais ambiciosa de 50%.

A entrada em vigor desta segunda etapa, mais abrangente, do SCE pode portanto vir a ser uma medida positiva, se aplicada na sua plenitude. Para que tal seja possível, é indispensável a mobilização de todos os peritos necessários e inicialmente previstos para concretizar a aplicação desta medida.

Contudo, existe já à partida uma dificuldade prática: o número de peritos habilitados a emitir certificados é ainda insuficiente para o cumprimento desta nova fase. Segundo o Director-Geral da ADENE, Alexandre Fernandes, existem apenas cerca de 300 peritos credenciados, um número inferior à meta apontada por esta Agência. Inicialmente, a previsão foi de 400 a 500 peritos até ao final de 2007, número que deveria chegar aos 2000 até ao final deste ano.

O número de técnicos reconhecidos é portanto insuficiente, se considerarmos que se prevê um aumento da procura com o alargamento da aplicação dos regulamentos a todos os novos edifícios. Este facto poderá vir a causar atrasos significativos nos pedidos de licenciamento e de autorização de construção de novos edifícios, uma vez que os processos não poderão ser devidamente instruídos.

IDALINA PERESTRELO

► *A eficiência energética torna-se uma questão fundamental e impossível de ignorar nos dias de hoje*

EDITORIAL

Os nossos Voluntários

Hélder Spínola
Presidente da Direcção Nacional da Quercus

Em Portugal quando se fala em voluntários todos se lembram dos bombeiros e das instituições de solidariedade social mas raramente alguém os associa às Organizações Não Governamentais de Ambiente. Porquê? É certo que, em número, os voluntários nas Associações de Defesa do Ambiente estão em desvantagem comparativamente aos que dão o seu contributo em organizações que se dedicam à solidariedade social. Mas será que os voluntários do ambiente são poucos? Será que não são tão empenhados? Não. Simplesmente, os voluntários do ambiente, para muitos portugueses, nem são "catalogados" no grupo dos voluntários. Ao longo de muito tempo as causas humanitárias marcaram profundamente a imagem do voluntário e hoje é com muita dificuldade que, aos poucos, vão ficando associados também ao ambiente. Agora ainda apenas associados a acções de limpeza e plantação de árvores mas, quem sabe, um dia também a todo o trabalho que requer o funcionamento de uma Associação como a Quercus.

A Quercus fundou-se, cresceu e vive graças à entrega voluntária de muitos dos seus sócios, colaboradores e dirigentes. Depende em grande medida de novos voluntários para desenvolver mais projectos e dinamizar novas áreas temáticas. O seu desempenho está associado ao desempenho dos seus voluntários e a sua maior actividade a uma maior disponibilidade da sociedade para o voluntariado. Com a dimensão que a Quercus atingiu hoje, torna-se necessário a existência de colaboradores permanentes que criem e mantenham estruturas mínimas estáveis, estruturas estas que permitem um melhor enquadramento e desempenho do próprio voluntariado.

Muitos dos colaboradores permanentes começaram por se associar à Quercus em muitos anos de voluntariado e hoje continuam a revelar essa entrega à Associação e às suas causas, dando o seu contributo fora do horário de trabalho e mesmo em fins-de-semana e feriados. Os dirigentes da Quercus, que entre estruturas nacionais e regionais são mais de uma centena, desempenham as suas funções de forma voluntária, movidos apenas pela vontade de contribuir para um ambiente melhor e para uma Quercus mais activa.

O universo Quercus, embora se visto por fora possa parecer uma estrutura profissionalizada, tem sido e continuará a ser baseado na diversidade, na descentralização e, sobretudo, na boa vontade e dedicação abnegada de centenas de pessoas. A caminho dos seus 23 anos, já passaram ou mantêm-se na Quercus algumas gerações e milhares de voluntários, cada um deu ou dá o seu contributo, cada um construiu ou está a construir uma das peças que faz este grande puzzle em crescimento.

Entrevista

a Ricardo Serrão Santos

sobre os nossos mares

"O cientista deve levar as suas ideias à sociedade"

"Ricardo Serrão Santos é doutorado em Biologia e Ecologia Animal, Director do Departamento de Oceanografia e Pescas, Pró-Reitor da Universidade dos Açores e Presidente do IMAR – Instituto do Mar. Coordenou a investigação e as propostas de gestão para a rede Natura 2000 nos Açores e para campos hidrotermais do mar profundo que foram propostos por Portugal para integrarem a Rede de Áreas Marinhas Protegidas da OSPAR. Ao jornal Quercus Ambiente falou da sua actividade, das investigações em curso e da situação actual ao nível da protecção ambiental dos nossos mares."

Sofia Vilarigues

IMAGDOP

Foi nomeado Embaixador do Mar da União Europeia o ano passado. Poderia falar um pouco de como tudo aconteceu e de quais as responsabilidades inerentes ao cargo?

O Comissário Joe Borg nomeou um conjunto de pessoas de diferentes países europeus como embaixadores marítimos. É um cargo um pouco simbólico e julgo que uma forma de reconhecimento que procura manter a continuidade no envolvimento de pessoas que de uma forma ou outra tiveram algum papel no processo de discussão do Livro Verde da Política Marítima Europeia. O que se esperará com isso é que as pessoas continuem motivadas em debaterem e em divulgarem as questões associadas com a implementação da política marítima europeia. No meu caso particular, participei em numerosas discussões. Participei em audições em Portugal e em Bruxelas sobre a política marítima europeia e tenho também intervido noutros fora. Eu penso que o cientista não se deve dissociar do debate político, deve levar as suas ideias à sociedade e, como sabe, ao longo destes anos procurei fazê-lo. Um exemplo disso foi a minha participação nos debates que decorreram em toda a Europa relativamente à pesca de arrasto de profundidade, que são uma ameaça para os oceanos.

No passado dia 20 de Maio foi celebrado o primeiro Dia Europeu do Mar. É um reconhecimento da importância destes assuntos? O que é que traduz esta iniciativa?

É. Acho que de facto a situação está a mudar e a Europa pretende liderar a nível mundial alguns dos aspectos relacionados com a sustentabilidade do mar e dos oceanos, e instituiu o Dia do Mar no âmbito deste processo complexo e com várias vertentes e iniciativas. Também recentemente a própria Comissão Europeia mudou o nome da Direcção Geral das Pescas para Direcção Geral do Mar, tendo em vista reflectir uma perspectiva integradora sobre as questões marítimas. Obviamente que não é de um dia para o outro que isso se constrói e os assuntos têm de continuar a ser debatidos e abordados de pontos de vista sectoriais, mas o que é importante é que em cada sector estejam representantes de outros sectores que trabalham com o mar. Por exemplo, na parte dos transportes, dos portos, haver também intervenção dos cientistas e dos pescadores. No sentido de, com o tempo, se poder ter uma visão integrada e global sobre o mar. Mas é um processo que é preciso construir.

Que perspectivas tem sobre a estratégia da política marítima europeia?

A política marítima europeia é uma política muito consistente e foi sujeita a um grande escrutínio público e da sociedade civil. A Europa preza muito esses princípios da democracia e da intervenção cívica dos cidadãos nos processos de decisão. As orientações gerais que estão vertidas no agora chamado Livro Azul da Política Marítima Europeia consideram alguns problemas fundamentais que a sociedade tem de enfrentar. Os problemas das mudanças globais, da exaustão e sobre-exploração dos recursos marinhos, do desenvolvimento dos transportes, do ruído no mar. A perspectiva transversal a todos estes domínios é a de um oceano sustentável para as gerações futuras.

Há, depois, um conjunto de medidas, que passam por diferentes direcções gerais da União Europeia, no sentido de aplicar os

J. FONTES / IMAGDOP

princípios da sustentabilidade e precaução. Actualmente, muitos dos concursos para projectos de investigação que decorrem no âmbito da UE visam criar as bases científicas e de governação no âmbito da sustentabilidade dos processos nos oceanos exigindo aos cientistas que encontrem soluções originais para um ambiente em ruptura. Há muitas iniciativas. No âmbito do mar profundo foi criada a chamada "Fronteira do Oceano Profundo" para estudar os processos destes ecossistemas numa perspectiva de protecção da biodiversidade e sustentabilidade de recursos. A protecção da biodiversidade, por exemplo, é um dos aspectos em que a União Europeia, neste momento, está a investir no âmbito das Nações Unidas. Há um grande programa em curso para parar a perda da biodiversidade até 2010, e é difícil. Eu tenho acompanhado a forma como os países europeus e a própria Comissão Europeia estão a abordar estas questões. A Europa está sem dúvida na linha da frente política no âmbito da intervenção para a implementação de critérios biológicos, ecológicos e biogeográficos para proteger esses habitats.

Na Conferência de Bona, a 9ª Conferência das Partes (COP 9) da Convenção sobre a Diversidade Biológica, uma das questões abordadas foi precisamente a da protecção em alto mar. E, nesse âmbito, falou-se dos critérios dos Açores. O que são? Que implicações é que têm?

Portugal, no âmbito da COP8, que teve lugar em Curitiba, no Brasil, ofereceu-se para coordenar um workshop de peritos tendo em vista a criação e definição de critérios biológicos, ecológicos e biogeográficos para a protecção de zonas do oceano aberto e do mar profundo. Na altura, fui convidado para fazer parte da delegação portuguesa como representante no âmbito desse workshop, que foi organizado em Ponta Delgada. Acabei por ser o coordenador do workshop que definiu e aprovou esses critérios para a protecção da biodiversidade e protecção dos habitats e dos ecossistemas do mar profundo e alto mar. Esses critérios foram levados a Roma, em Fevereiro, a um outro órgão das Nações Unidas, o SBSTTA, onde também estive. Agora, foram levados à COP9 onde acabaram por ser aprovados com a designação de "critérios Açores". Os critérios definem um conjunto de princípios que devem ser cumpridos e tidos em conta para estabelecer, por exemplo, áreas marinhas protegidas no mar profundo e oceano aberto, e também para a rede de áreas marinhas protegidas que será necessário criar. São um pequeno passo apenas, mas absolutamente necessário. Eles criam as bases para que a nível mundial se possam começar a seleccionar áreas, geograficamente delimitadas, para protecção dos habitats e das espécies do mar profundo e mar aberto do oceano global, incluindo as zonas fora de jurisdições nacionais.

Pode avançar qual a linha de orientação desses critérios?

Os critérios são bastantes gerais, têm a ver com a diversidade biológica, a representatividade, a raridade, a importância para o ciclo de vida das espécies, em particular para as espécies e habitats em declínio e ameaçados, mas também a naturalidade. Foram igualmente constituídos critérios científicos para o estabelecimento de uma rede de áreas marinhas protegidas coerente. Conjuntamente com os critérios foram abordados e sugeridos exemplos práticos, identificando quais os ecossistemas do mar profundo e do oceano aberto que têm necessidade de intervenção mais urgente: montes submarinos, os recifes de corais frios, as fontes hidrotermais, os corredores de migração de espécies prioritárias, como por exemplo as tartarugas marinhas, os cetáceos, etc. Por outro lado, um exercício que não foi ainda definitivamente completado que é a bioregionalização dos mares abertos e do oceano profundo, de modo a que, quando se criarem essas áreas, sejam representativas das áreas biogeográficas dos oceanos do planeta.

Nos Açores, qual a situação das Áreas Marinhas Protegidas?

É complexa... Em relação à Rede Natura 2000 o processo está completamente concluído. Estão definidas as áreas e estão definidos os aspectos gerais dos planos de gestão. Está aprovado o plano sectorial para a Rede Natura 2000, mas este apenas obriga as entidades públicas. Em relação às Áreas Marinhas Protegidas, há num certo impasse. Há Areas Marinhas Protegidas como os Ilhéus das Formigas, que estão declarados desde 1980, que foram revistos em 1993, que têm aprovado o decreto-lei geral, mas que nunca tiveram aprovado ainda o decreto regulamentar. Nunca teve uma comissão de gestão, por exemplo. Entretanto, o Governo regional parou um pouco o processo de criação de outras Áreas Marinhas Protegidas que estavam em curso, porque decidiu, e penso que decidiu bem, modificar toda a legislação de enquadramento. O que foi feito de facto. Saiu no Diário da República de Julho de 2007. É a Lei sobre Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores, que criou 9 Parques Naturais de Ilha, cada ilha é um parque natural que tem a sua componente marinha e a sua componente terrestre, e o Parque Marinho dos Açores, que engloba a Zona Económica Exclusiva (i.e. entre as 12 e as duzentas milhas). Neste momento, o Parque do Corvo já está aprovado, alguns já passaram o processo de discussão pública, e só depois disso é que vão aparecer os decretos regulamentares que definem a gestão, o planeamento espacial, etc. Portanto, estamos agora num período de transição em que aquilo que já estava feito teve de ser reintegrado num novo enquadramento que classifica todas as áreas marinhas perante os critérios da IUCN. Quanto ao Parque Marinho dos Açores, esperemos que no próximo ano esteja concluído o decreto que o cria e define.

A nível nacional, poderia fazer uma avaliação geral das Áreas Marinhas Protegidas?

Bem... Nós temos uma falha de enquadramento legal em Portugal. Não existe um enquadramento legal para as Áreas Marinhas Protegidas em Portugal. E, como tal, é sempre difícil depois partir para a implementação, porque falta-lhe o instrumento jurídico de base.

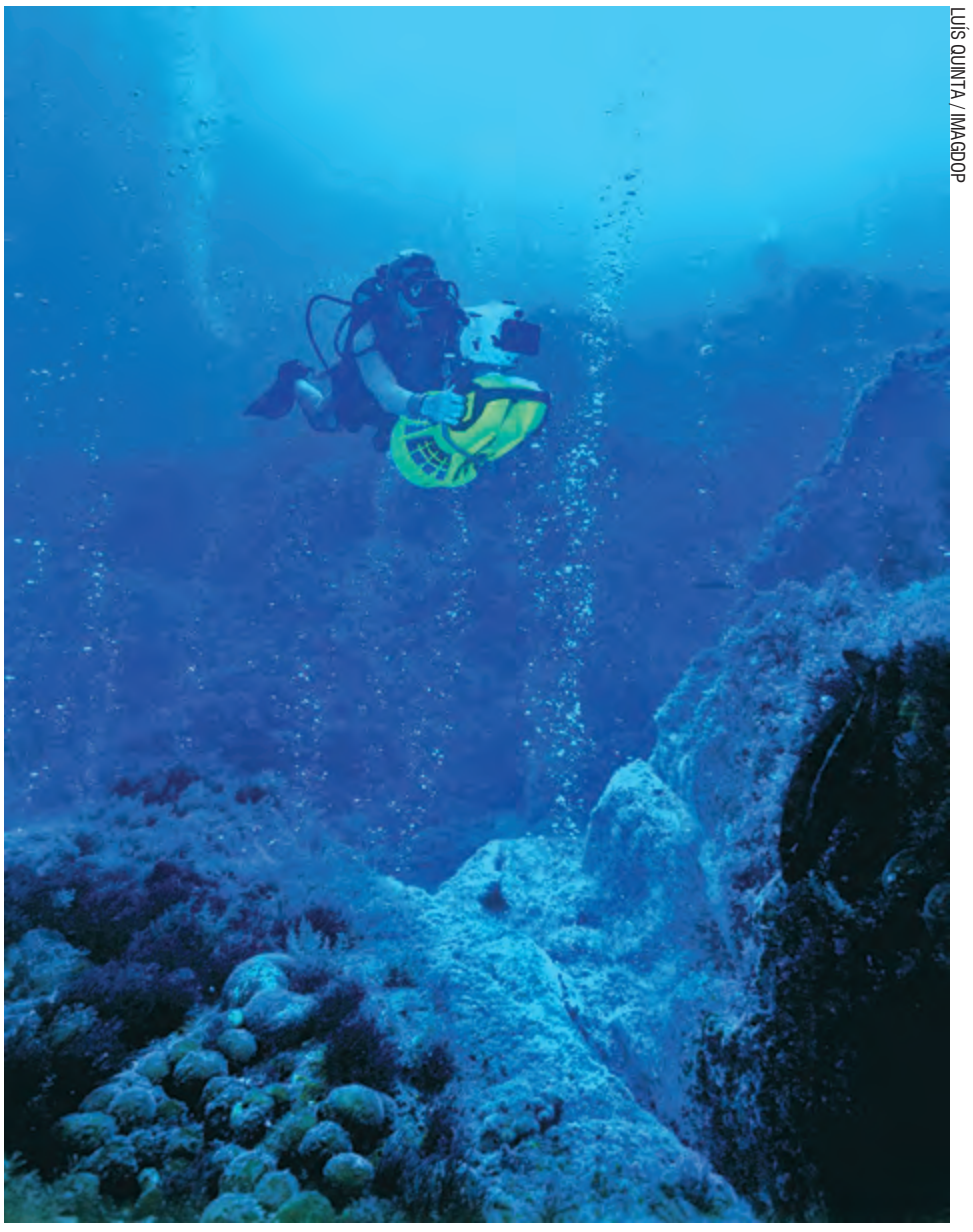
Em que teria de consistir esse instrumento?

Seria um decreto-lei, que define os aspectos gerais das Áreas Marinhas Protegidas em Portugal. Por exemplo, que tipo de área marinha protegida vou criar? Não está definido na lei, não estão classificadas na lei, não há uma tipologia. Precisa de ser criada.

Qual a sua perspectiva sobre as questões actuais ligadas às pescas de profundidade?

Actualmente, as questões das pescas estão sob a alçada da Política Comum de Pescas. Eu penso que a Política Comum de Pescas é um processo já longo e tem tido muitas etapas. Nos mares territoriais são os países que têm a competência sobre essa gestão e fora das águas territoriais é a União Europeia. Há duas excepções ao critério das 12 milhas ou seja no mar territorial: é os Açores e a Madeira, que têm a gestão até às 100 milhas, e é Malta, que tem gestão até às 25 milhas. A Política Comum de Pescas é enformada por princípios de precaução e de sustentabilidade de recursos. No entanto, devo dizer que há um forte conflito entre a Região, o Governo Regional dos Açores, as associações de pescas, etc, e a Comissão Europeia, por causa de um dos aspectos da aplicação da Política Comum de Pescas.

IMAGDOP



LUÍS QUINTA / IMAGDOP

FCT/PDCTM 1999/MAR/15281

► *Medição de temperatura num black smoker na fonte hidrotermal rainbow - ©Missão Sehama, 2002*

Porque, entre as 100 e as 200 milhas a pesca foi aberta a outras frotas. Nós temos ecossistemas bastante frágeis, não só do ponto de vista dos ecossistemas em si mas dos próprios recursos, são recursos de profundidade, esses peixes têm uma vulnerabilidade intrínseca. Por isso mesmo, aliás, é que aqui a gestão até às 100 milhas ficou sobre gestão regional e só acessível à frota regional, é um reconhecimento por parte do Conselho Europeu da situação. Um aspecto estranho neste processo é que se abriu os mares a frotas sem se fazer um estudo do impacte da carga de pesca. Penso que a situação é séria. Não para os recursos de profundidade, porque até agora não houve aumento das frotas a actuarem aqui na Região. Mas, houve já um aumento de cerca de 450% de frota da pesca do espadarte e do atum. Ora, estamos a falar de um recurso alvo, o espadarte e alguns atuns, já em si sobre-explorado e hiper-regulamentado. Mas, a situação que pensamos ser ainda mais gravosa é que o aumento da pressão de pesca sobre espécies acessórias, como os tubarões e as tartarugas, foi grande, e não está a ser medido, nem foi avaliado previamente em estudo de impacte. Quanto a mim, há aqui um aspecto de contradição grande entre alguns princípios que neste momento a Comissão Europeia (CE) está a encarar muito seriamente, como seja não avançar com pescarias sem que haja estudos de impacte ambiental. Actualmente a CE mantém em discussão pública um novo regulamento europeu para as pescas de profundidade, de frotas europeias, fora de zonas de jurisdição nacional que prevê a obrigação de estudos de impacto ambiental. Como é que isso não foi aplicado nas águas pelágicas dos Açores onde tradicionalmente actuavam frotas pequenas? Mais ainda como é que um processo deste tipo se mantém ainda?

Aqui há dois ou três anos o Governo Regional pôs em tribunal o Conselho Europeu. É um processo que ainda está a decorrer.

Quais os desafios e potencialidades dos campos hidrotermais?

Os campos hidrotermais são uns dos ecossistemas muito peculiares nos fundos oceânicos, uma vez que ao contrário de todos os outros ecossistemas oceânicos, mesmo os de profundidade, a vida é mantida por processos de quimossíntese, em que umas bactérias estão na base da cadeia alimentar, por assim dizer, e utilizam o sulfureto de hidrogénio como fonte de energia. Há condições extremas de ambiente. Há níveis de metais pesados extremamente elevados, calor, baixa pressão, baixo oxigénio, elevada acidez etc, o que criou ecossistemas com alto endemismo e grande biomassa. E, isto criou um interesse no estudo sobre os processos de adaptação e sobrevivência destes organismos, que envolvem estudos nos domínios da proteómica e genómica marinhas. Existe também muito interesse e investigação no estudo de enzimas envolvidas nos processos de regeneração, por exemplo, de lesões do material genético destes organismos. Tem-se desenvolvido investigação extremamente interessante, nomeadamente na perspectiva da biotecnologia. Por outro lado, é também nestes ambientes que se formam muitos dos metais nobres, como o ouro e outros, e portanto permitem-nos perceber como os metais nobres se formam. Formando-se metais nobres nestes ambientes, são também ambientes que interessam muito à geologia e à mineralogia.

Há também aplicações ao nível da indústria farmacêutica?

Há. Se virmos as listas de alguns elementos activos, moléculas, que neste momento são resultado de investigação em locais hidrotermais e de profundidade há já um número considerável.

Quais são os campos existentes na zona dos Açores?

Os Açores têm de facto alguns dos mais interessantes e até dos mais extensos campos hidrotermais do mundo, como o Lucky Strike. Aqui temos o Menez Gwen, que é o mais perto, depois o Lucky Strike, o Saldanha, logo fora da Zona Económica Exclusiva há o Rainbow, que Portugal considera sob sua jurisdição no âmbito da proposta de extensão da plataforma continental. Mais para Sul no Atlântico ocorrem por exemplo a Lost City o Logatchev e outros.

IMAGDOP

Gostaria de referir projectos de investigação que estão a ser realizados nos Açores?

Sim. Os programas de investigação em curso no DOP, em associação com muitos parceiros, nacionais e internacionais, são fundamentalmente dedicados ao estudo integrado dos processos oceânicos e suas interacções com ilhas. Muita da investigação é dedicada aos ecossistemas de base fotossintética do mar profundo e coluna de água, mas outros são dedicados aos ecossistemas quimossintéticos. E, tem havido muitos projectos no âmbito dos campos hidrotermais. Os primeiros projectos tiveram como objectivo caracterizar os aspectos mais gerais e descrever os campos hidrotermais. Os últimos projectos que temos vindo a desenvolver são muito mais específicos, estão relacionados com a exploração do estudo dos aspectos genéticos, fisiológicos e endocrinológicos e imunológicos destes organismos. Passámos para uma investigação talhada pelas hipóteses e não pela descrição. No sentido, de descobrir novas moléculas químicas que possam ter interesse na bio-medicina, por exemplo. Não há ainda nenhuma patente registada da nossa parte, mas a investigação tem-se revelado e tem-se acumulado ao longo dos anos.

Portugal, no fim do século passado, devia estar talvez situado como o país número quarenta a nível mundial, em termos de investigação dos ecossistemas hidrotermais, neste século é a oitava potência mundial em investigação científica em ecossistemas hidrotermais, o que é relevante, e a Universidade dos Açores tornou-se primeira a nível mundial no estudo de um organismo muito especial que é o mexilhão dos campos hidrotermais e das suas bactérias associadas. Há uns anos instalámos na ilha do Faial um laboratório em terra que simula alguns dos aspectos dos ecossistemas hidrotermais de profundidade, incluindo a pressão.

Por outro lado, está em curso um grande plano para a instalação de um observatório dos fundos marinhos, aqui na Região dos Açores, que é o Observatório MoMAR e que fará parte da rede de observatórios marinhos planeados para a Europa. A rede de observatórios marinhos europeus é uma das 35 infra-estruturas que foram consideradas prioritárias no âmbito da European Strategy Forum on Research Infrastructures, no qual participei como delegado nacional durante 4 ou 5 anos. Este documento foi aprovado em 2005/6, os projectos neste momento já estão numa fase de criação para futura implementação.

Em Foco

O Lobo

Gonçalo Brotas – Assoc. de Conservação do Habitat do Lobo Ibérico

JOAQUIM PEDRO

O Lobo é o canídeo selvagem de maiores dimensões. Este carnívoro de grande porte apresenta uma ampla distribuição geográfica, podendo ocorrer em praticamente todos os habitats do hemisfério Norte. A sua distribuição é condicionada essencialmente pela existência de presas adequadas e pelo grau de perturbação humana. O lobo alimenta-se principalmente de presas de grandes dimensões, selvagens e/ou domésticas. As principais ameaças para a conservação da espécie são a fragmentação do habitat que origina o isolamento de populações e a perseguição humana. A perseguição ao Lobo é histórica e mantém-se actualmente. A competição por recursos (pecuários e cinegéticos) e os medos históricos são as principais razões do conflito.

O Lobo em Portugal

Ao longo do último século o Lobo Ibérico (*Canis lupus* signatus Cabrera, 1907) sofreu uma significativa regressão na sua distribuição em Portugal Continental. No início do século XX o Lobo Ibérico era relativamente comum e ocupava diversos territórios de Norte a Sul do território nacional. Actualmente este canídeo tem uma distribuição muito mais reduzida (aproximadamente 16.300 km^2 com presença regular) que compreende apenas a região Norte e Centro/Norte do País. A espécie apresenta o estatuto de conservação Em Perigo a nível nacional, beneficiando de completa protecção desde 1988. A população nacional de Lobo Ibérico é constituída por duas sub-populações separadas pelo Rio Douro. A sub-população a Norte caracteriza-se pela sua estabilidade e continuidade com a população lupina Espanhola. A Sul do Rio Douro a situação é significativamente diferente. Esta sub-população apresenta grande fragilidade, reduzida dimensão e elevado grau de fragmentação. De acordo com o Censo Nacional do Lobo 2002/03 esta sub-população não possui mais de nove alcateias (seis confirmadas e três prováveis) que se encontram aparentemente isoladas da restante população Ibérica.

A Região

Os Sítios da Rede Natura 2000 Serras da Freita e Arada e Serra de Montemuro localizam-se no Centro/Norte de Portugal continental (distritos de Aveiro e Viseu) apresentando uma área de 28.659 ha e 38.763 ha respectivamente. Os dois Sítios são regiões de montanha, situados em zona de transição biogeográfica (atlântica e mediterrânica), caracterizados por relevos acentuados, índices de pluviosidade elevados e reduzida pressão humana. Geograficamente separados pelo rio Paiva, são definidos pelo Plano Sectorial da Rede Natura 2000 como a área mais importante para a conservação do Lobo Ibérico que ocorre a sul do Douro, fazendo parte do território de três alcateias confirmadas. As maiores ameaças para os Lobos nas Serras da Freita, Arada e Montemuro estão relacionadas com a fragmentação do seu habitat, o aumento da perturbação humana e a escassez de presas.

A Associação

A Associação de Conservação do Habitat do Lobo Ibérico nas Serras da Freita, Arada e Montemuro tem como objectivo contribuir para a preservação das áreas sensíveis e da paisagem natural e cultural nas Serras da Freita, Arada, Montemuro e zonas contíguas e em especial, para a conservação do habitat do Lobo Ibérico na região. Tendo como fundadores um grupo de empresas relacionadas com a implementação de projectos de energias renováveis, a Associação gere um fundo (Fundo de Conservação do Habitat do Lobo Ibérico – Fundo do Lobo) que financia acções para aumentar a área de habitat favorável ao Lobo e a disponibilidade de alimento. A Associação conta actualmente com 10 associados. O Fundo do Lobo resulta de medidas compensatórias definidas para o Lobo na região e funciona como financiador de acções que contribuam para a conservação do seu habitat. Esta forma de organização possibilita a aplicação das medidas compensatórias de forma consertada e com maior suporte financeiro, potenciando a sua eficácia e abrangência.

As Actividades

A Associação de Conservação do Habitat do Lobo Ibérico nas Serras da Freita, Arada e Montemuro procura incluir nos seus projectos parceiros locais de forma a facilitar a sua implementação e a envolver as populações locais. O envolvimento das populações é importante para a eficácia das intervenções e pretende também demonstrar respeito pelas tradições locais. Todos os projectos são de conhecimento prévio do Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade, entidade que supervisiona as actividades da Associação. Os projectos desenvolvidos e em estudo são compostos principalmente por acções de gestão florestal e de vida selvagem. As actividades realizadas incluem acções de florestação com espécies autóctones, incremento da disponibilidade de alimento e abrigo para fauna cinegética e a criação de um viveiro de espécies florestais autóctones, contando em todas elas com a participação de parceiros locais. Em fase avançada de desenvolvimento estão acções de gestão de combustíveis, incentivos ao pastoreio tradicional e um projecto para promover o aumento da diversidade e disponibilidade de presas selvagens do Lobo. A Associação efectua também a gestão de um Plano de Monitorização do Lobo, financiado por vários promotores de projectos eólicos, que abrange a área das Serras da Freita, Arada, Montemuro e Leomil. A Associação pretende ser um pólo dinamizador de ideias e projectos, interligados de uma forma geral com a defesa do património natural local relacionado com a conservação do Lobo Ibérico.

Mais informações sobre a Associação, o seu funcionamento e as suas actividades no site www.loboiberico.org.

A **Associação de Conservação do Habitat do Lobo Ibérico nas Serras da Freita, Arada e Montemuro** é uma associação sem fins lucrativos que tem como objectivo principal a preservação dos vários aspectos associados à conservação do habitat do Lobo Ibérico nos Sítios Rede Natura 2000 Serras da Freita e Arada e Serra de Montemuro. A Associação procura desenvolver acções que contribuam para a preservação do Lobo Ibérico na região.

ARQUIVO ACHLI

Cinco anos depois de 2003

Incêndios florestais em Portugal

Podemos dizer que o ano de 2003 está para o problema dos incêndios florestais em Portugal um pouco como o 11 de Setembro está para o problema do terrorismo nos Estados Unidos. Ou seja existe claramente um "antes" e um "depois" dado que as duas referências temporais estão associadas a acontecimentos que marcaram de forma indelével tudo o que se passou a seguir em ambos os domínios.

HÉLDER SPÍNOLA

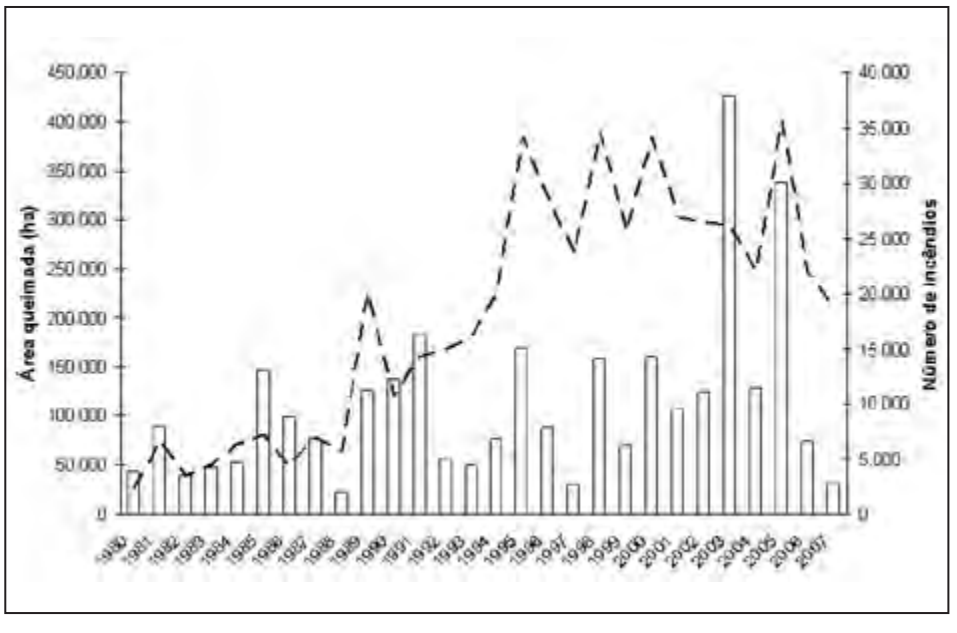
► *Em 2005 a área ardida foi a segunda maior de sempre (325.000ha) e o número de ignições registou um recorde absoluto*

Joaquim Sande Silva

No caso dos incêndios o "depois" traduziu-se numa sensibilização e numa mobilização nacional nunca vistos antes. Esta sensibilização perante a catástrofe terá provavelmente contribuído para fazer com que, apesar das severas condições meteorológicas, tenhamos tido nesse ano um número não muito elevado de incêndios registados, contrastando com a enorme área queimada. Após o Verão de 2003 ouvimos dizer repetidas vezes que nada seria como dantes, já que o País iria tomar medidas para evitar que voltasse a arder a área absurda de 425.000 ha num único ano. A verdade é que em 2005 a área ardida foi a segunda maior de sempre (325.000ha) e o número de ignições registou um recorde absoluto. Neste relativamente curto período de 5 anos muitas foram as medidas tomadas e pouco tempo depois anuladas, em virtude das mudanças políticas verificadas. Muitas das estruturas actualmente a funcionar são já o resultado da segunda geração de medidas tomadas após 2003. Muito embora a questão dos incêndios seja de sobremaneira complexa, conseguimos numa primeira abordagem abarcar todo o problema dividindo-o em três ordens de factores: as ignições, os combustíveis e o combate. As ignições são o início de cada incêndio e se resolvêssemos este problema, os outros dois estariam automaticamente resolvidos. Os combustíveis são o "pasto" para os incêndios e no nosso País dependem bastante da gestão (ou da sua ausência) dos proprietários nos seus terrenos. O combate, apesar de ser o aspecto mais a jusante, é aquele que tem maior visibilidade junto da opinião pública e que, por isso, capta mais recursos e atenções por parte do poder político. Cada um destes três conjuntos de factores envolve aspectos muito específicos difíceis de enumerar no âmbito do presente texto. Deste modo propomo-nos apenas salientar alguns dos aspectos mais relevantes na evolução verificada após 2003.

Após 2003

O número de ignições registadas é, no caso português, muito influenciado pelas actividades humanas de natureza intencional ou negligente, já que o número de ignições de origem natural ronda apenas os 3% em cada ano. As formas de resolver o problema passam em primeiro lugar por conhecer as suas características, o que é em boa parte conseguido através da investigação das causas dos incêndios. A este respeito pensamos que se deu um passo atrás com a extinção do Corpo Nacional da Guarda Florestal e com a transferência da investigação das causas dos incêndios para a GNR. Na verdade passou-se de uma percentagem de causas indeterminadas rondando os 25%, para valores de 63% e 49% em 2006 e 2007, o que revela um grau elevado de ineficiência relativamente ao quadro anterior. Por outro lado a transferência de competências para a GNR introduziu (mais) um factor de dispersão e de entropia no que toca à produção e fornecimento de informação sobre causas de incêndios. Como nota positiva devemos referir o facto de finalmente se ter enveredado pela implementação de uma campanha pluri-anual e pluri-institucional de sensibilização das populações. Embora muito longe de conseguirmos a consistência Norte-Americana com a figura multi-geracional do Smokey Bear, a campanha "Portugal sem Fogos depende de Todos" com a participação conjunta do Ministério da Administração Interna e do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas conta com o apoio de empresas e revela um caminho de continuidade e de cooperação a seguir no futuro. Dos muitos outros aspectos que poderíamos ainda referir ao nível das ignições, salientamos o facto de não se ter conseguido até hoje qualquer acordo com as televisões, no que toca à limitação da transmissão de imagens dramáticas de



IDALINA PERESTRELO

◀ *Muito embora a questão dos incêndios seja de sobremaneira complexa, conseguimos numa primeira abordagem abarcar todo o problema dividindo-o em três ordens de factores: as ignições, os combustíveis e o combate*

fogo durante o Verão. Tal é sem dúvida um facto a lamentar dada a forte possibilidade de tais imagens poderem potencialmente contribuir para o aumento das ignições de natureza intencional causadas por indivíduos influenciáveis. Finalmente, referimos as melhorias significativas no quadro legal que regulamenta as actividades passíveis de causar incêndios, com o Dec. Lei 124/2006. No entanto, para além do incumprimento sistemático de muitas das normas legais, sobretudo nas regiões do Norte Litoral onde se regista o maior número de incêndios, há lacunas que permitem por exemplo que se continuem a utilizar máquinas de corte em dias de elevado calor, o que tem contribuído para alimentar o ainda muito elevado número de incêndios no nosso País.

"Combustíveis"

Quanto ao segundo factor, os combustíveis, os passos que se deram foram em boa parte resultado da reacção do Governo, imediatamente a seguir ao Verão de 2003, com a Resolução do Conselho de Ministros 178/2003. As medidas tomadas, embora não se referindo directamente a acções sobre os combustíveis florestais, preconizavam a criação de mecanismos destinados a permitir o aumento das acções de gestão e de ordenamento florestal, fundamentais para a prevenção de incêndios. De entre os aspectos positivos temos a salientar a reestruturação dos serviços do Estado responsáveis pela tutela das florestas, invertendo um pouco o esvaziamento de competências que se vinha verificando desde o início dos anos oitenta. Um outro aspecto positivo foi a criação do Fundo Florestal Permanente, permitindo a existência de recursos financeiros de forma consistente ao longo do tempo, destinados a apoiar o sector florestal. Foi ainda aquele diploma legal, que permitiu o processo de criação das Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) que deveriam possibilitar a gestão conjunta de espaços florestais contínuos com dimensão superior a 1000 ha. Infelizmente a aplicação destas medidas não tem sido a desejável. O Fundo Florestal Permanente tem servido essencialmente para pagar salários, contrariamente à ideia inicial que preconizava o apoio a "actividades não imediatamente rendíveis". Quanto às ZIF, passados quase cinco anos ainda não se vislumbra o dia em que comecem a funcionar de facto e a contribuir para aumentar de forma significativa o nível de gestão florestal tão necessária à conservação das florestas e à sua defesa contra os incêndios. No entanto, estes cinco anos têm sido férteis em Planos e Relatórios, alguns de grande valia técnica mas que infelizmente esbarram com as dificuldades estruturais da floresta Portuguesa. De entre estes últimos devemos salientar o relatório do Conselho Nacional de Reflorestação (estrutura igualmente prevista na RCM 178/2003) que no seu essencial preconiza a criação de Redes de Defesa da Floresta, constituídas por faixas de natureza diversa destinadas a diminuir o potencial de desenvolvimento de grandes incêndios. No entanto, a aplicação destas medidas no terreno é pouco mais que residual dada a natureza privada dos terrenos a intervir. Estas dificuldades de natureza estrutural estão perfeitamente identificadas, assim como as soluções para a sua mitigação. De entre as medidas referidas pela RCM 178/2003 constava a criação de um cadastro simplificado dos prédios rústicos. Este cadastro é absolutamente fundamental para que se possam identificar os protagonistas do desordenamento florestal existente e, dessa forma, fazer actuar mecanismos (de natureza fiscal por exemplo) destinados a progressivamente ir melhorando a situação actual. A ausência deste cadastro ou sequer de medidas destinadas à sua elaboração é sem dúvida o maior falhanço do pós 2003 e deveria envergonhar todos os responsáveis governativos com intervenção nesta matéria. Dado tratar-se de um desígnio nacional com repercussões nas gerações futuras, deveria ser o próprio primeiro-ministro a tomar a iniciativa de concertar os interesses divergentes dos diferentes ministérios de modo a possibilitar o início do processo.

IDALINA PERESTRELO

▶ *Outro aspecto positivo foi a criação do Fundo Florestal Permanente, permitindo a existência de recursos financeiros de forma consistente ao longo do tempo, destinados a apoiar o sector florestal.*

Combate a Incêndios

Finalmente devemos referir as questões ligadas ao terceiro grupo de factores ou seja, o combate a incêndios. Trata-se aqui igualmente de uma área muito sensível e de difícil abordagem dado que são muitos os interesses envolvidos. A este respeito salientamos o estudo encomendado pela entretanto criada e entretanto extinta, Agência para a Prevenção dos Incêndios Florestais, ao Instituto Superior de Agronomia em 2004. Este estudo ficou pronto cerca de um ano depois mas encalhou nas reviravoltas políticas verificadas entretanto, pelo que foi desconsiderado pelo Governo PS que se seguiu. No entanto, o estudo preconizava uma verdadeira revolução no tocante ao sistema nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI), nomeadamente ao propor uma integração vertical das diferentes componentes da DFCI incluindo a prevenção e o combate, através da criação de uma Organização de âmbito nacional e com carácter profissional. Quanto a nós tratou-se de uma oportunidade perdida já que uma boa parte das deficiências existentes em 2003 ao nível do combate a incêndios, se mantêm hoje em dia dado que o sistema continua a basear-se nas corporações de bombeiros voluntários espalhadas pelo País. A estas corporações faltam sobretudo motivação, disciplina e formação específica em combate a incêndios florestais, todos estes aspectos dificilmente compatíveis com o carácter voluntário do serviço que é prestado pelos seus elementos. Apesar de tudo existem alguns desenvolvimentos recentes bastante positivos, dado constituírem avanços na eficácia do sistema de combate. Tratam-se de estruturas essencialmente vocacionadas para o ataque inicial, estratégia fundamental para diminuir o desenvolvimento de grandes incêndios. A este respeito devemos referir o investimento feito: nos Grupos de Intervenção Protecção e Socorro da GNR, nos chamados Canarinhos, sob a tutela directa da Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC), nos sapadores florestais ao serviço das associações florestais e nas brigadas da AFOCELCA (Agrupamento Complementar de Empresas para a Protecção Contra Incêndios). Mais recentemente veio-se a juntar a este já diversificado conjunto de intervenientes nos cenários de combate a incêndios, uma estrutura que tem feito a diferença, os chamados Grupos de Análise e Uso do Fogo, sob a tutela da Direcção Geral dos Recursos Florestais. Tratam-se de equipas altamente especializadas na utilização de técnicas de combate indirecto, nomeadamente o Contra-Fogo e que podem ser requisitadas pela ANPC em caso de necessidade.

Em jeito de balanço geral devemos centrar-nos nos factos e referir os números dos incêndios dos últimos anos. Apesar dos péssimos resultados de 2005, os anos seguintes foram marcados por valores bastante baixos, quer de área queimada quer de número de incêndios. A este facto não será seguramente alheia a meteorologia favorável, mas pensamos que alguma coisa tem mudado quer ao nível das ignições quer ao nível do combate. Quanto à alteração das características da paisagem tornando-a menos vulnerável aos incêndios, pouco ou nada tem sido feito de significativo a este respeito.

Joaquim Sande Silva
LPN-Liga para a Protecção da Natureza
Estrada do Calhariz de Benfica, 187
1500-124 Lisboa - Portugal
tel. +351 965407052
Skype: Sandesilva
Página web: www.lpn.pt

Nova micro-reserva

Cerros de Mombeja

Diversos estudos apontam desde há alguns anos para a importância botânica da região compreendida entre as localidades de Beringel, Mombeja e Peroguarda nos limites entre os concelhos de Beja e Ferreira do Alentejo. Esta área de suaves colinas acima da peneplanície envolvente inclui a Serra do Mira cujo ponto máximo atinge perto de 300m. A diversidade de solos presentes, a transição climática que aqui tem lugar e a distribuição dos relevos traduz-se numa diversidade botânica assinalável com a presença de algumas espécies raras e ameaçadas.

Refira-se que esta área esteve para ser integrada na rede natura 2000 acabando no entanto por ficar de fora desta classificação.

A expansão das pedreiras que estão instaladas na vertente norte da serra do Mira, a intensificação agrícola que está agora a ter lugar, tendo em conta o desenvolvimento do projecto de regadio de Alqueva, bem como a recente expansão do olival intensivo com grande recurso a herbicidas, estão a fazer desaparecer uma parte importante desta biodiversidade pondo mesmo em risco algumas das espécies raras que aqui ocorrem.

No sentido de preservar esta riqueza a efectuámos uma pesquisa exaustiva nesta região tendo sido possível chegar a entendimento com um proprietário local para que, através do nosso Fundo de Conservação da Natureza, possamos adquirir um espaço para conservação, o qual passará a integrar a nossa rede de micro-reservas biológicas.

Echium boissieri

Cynara tournefortii

Caracterização

O nome desta micro-reserva fica associado ao seu antigo proprietário pois foi pertença do **Eng. José Martins de Mira Galvão**, figura ilustre da região, nascido em Beringel e com um papel importante no desenvolvimento agrícola da região nos meados do séc. XX. Licenciado em Agronomia, foi responsável pela instalação e direcção do Posto Experimental de Vale Formoso, em Mértola e mais tarde dirigiu também o Posto Experimental de Castro Verde. Foi deputado na Assembleia Nacional com intervenções importantes na área do fomento agrícola. Dirigiu diversos serviços e participou em inúmeras Comissões, com um vasto currículo na área da investigação e experimentação de técnicas e métodos e criação de regulamentos em áreas como a olivicultura, fruticultura e cerealicultura.

A nova micro-reserva, situada 15 Km a oeste da cidade de Beja, cobre uma área de 4 hectares e é constituída por uma pequena área de azinhal, uma área maior de olival tradicional com algumas árvores centenárias e uma área de prados húmidos na vizinhança de uma pequena linha de água. Esta diversidade de habitats e o facto de não haver mobilização de solos há vários anos nem aplicação de herbicidas leva a que na mesma existam várias das raridades assinaladas para a região e condições para que outras aqui possam ser estabelecidas no futuro.

As espécies que definem a importância do local (onde estão presentes mais de 150 espécies de flora) são *Cynara tournefortii*, *Echium boissieri*, (o qual pode atingir quase 3 m de altura), *Adonnis annua* sppp *annua*, *Linaria ricardoi* e *Linaria hirta*. É de assinalar também que no contexto regional é o local onde detectámos o maior número de orquídeas, com 9 espécies assinaladas até ao momento, *Ophrys scolopax*, *O. lutea*, *O. fusca*, *O. apifera*, *Orchis italica*, *Anacamptis pyramidalis*, *Serapias* sp. entre outras. São muitas as outras espécies já identificadas e que fazem deste espaço um bom local de amostragem da flora regional, tais como *Scilla peruviana*, *Gladiolus italicus*, *Helianthenum marifolium*, *Fumana thymifolia*, *Hypericum pubescens*, e diversas espécies aromáticas.

Linaria hirta

Adonis annua subsp. *annua*

Gestão/manutenção

As medidas de gestão passarão pela vedação do local, protecção das pequenas azinheiras já existentes por via da regeneração natural, de modo a ampliar o bosquete aí existente, revitalização das oliveiras, mais numa óptica de conservação e não de produção, controle de silvados junto à linha de água, controle de erosão numa das vertentes a oeste, marcação de trilho de visitação, gestão diferenciada de diversas parcelas de modo a fomentar as populações das espécies alvo. Ao mesmo tempo será elaborado um folheto de divulgação dos valores em presença.

A área poderá ser visitada mas estará particularmente vocacionada para visitas de estudo que deverão ser orientadas no sentido de evitar que existam danos à flora a proteger.

Texto e imagens: José Paulo Martins

Notícias

texto: José Paulo Martins *Imagens:* Paulo Lucas

Rede de reservas

Micro-reserva da Peninha

Decorreu no passado dia 26 de Maio mais uma jornada de trabalho nesta micro-reserva situada no Parque Natural de Sintra-Cascais. Durante a mesma foi possível continuar a proceder ao arranque e corte de centenas de pequenas acácias – espécie invasora – dando assim a continuidade às actividades que aí promovemos com vista à preservação da rica flora que aí existe. Nesta actividade participaram voluntários da empresa LEVIS provenientes de vários pontos do País.

Reserva Biológica do Monte do Outeiro

Já terminámos a recolha de sementes desta época como vista à sementeira das parcelas de ensaio nesta micro-reserva criada para preservação do raro endemismo botânico *Linaria ricardoi*.

Por outro lado iniciámos o controle de mais uma planta invasora que ameaça a diversidade florística deste micro-reserva. Neste sentido foram arrancados milhares de pés e talos florais de *Conyza* sp., uma planta da família das compostas com origem da América do Sul e que está a invadir muitas áreas do nosso País. Este processo deverá continuar ao longo de vários anos até se chegar à sua erradicação ou pelo menos a uma redução drástica do número de plantas que aqui existem.

Micro-reserva do Monte dos Colmeais

Nesta nova micro-reserva agora anunciada iniciámos o processo de remoção de lixo de diversa ordem aí existente. Temos também efectuada uma cobertura fotográfica o mais exaustiva possível de toda a flora e de invertebrados aí presentes nesta época primaveril. Um grupo de alunos da Escola Superior Agrária de Beja visitou a região para se aperceber do valor florístico da mesma.

Prospecção de novos locais

Continuamos a percorrer diversas regiões do País pesquisando locais com importância botânica que mereçam uma intervenção e integração nesta rede. Neste sentido visitámos agora vários pontos do Algarve onde existem populações de endemismos raros e ameaçados a necessitar de protecção (nas fotos: *Plantago algarbiensis* e *Tuberaria major*). Esperamos agora encontrar as condições para proceder à sua protecção efectiva face às ameaças que pairam sobre os mesmos e que têm na maioria dos casos a ver com a pressão imobiliária nessa região.

Divulgação

Os painéis de divulgação do Fundo de Conservação e da rede de micro-reservas biológicas continuam a percorrer diversos pontos do País. Nos últimos 2 meses estiveram presentes na XXV edição da OVIBEJA em finais de Abril, nas comemorações do Dia Mundial do Ambiente em Avis a 5 de Junho, na Festa da Criança em Beja em início de Junho, numa exposição no Seixal a 6 e 7 de Junho e no espaço comercial do Arrábida Shopping, em Gaia, em meados de Junho.

No passado dia 25 de Junho tivemos entretanto oportunidade de apresentar uma comunicação sobre este projecto no VII ou VIII Encontro da ALFA – Associação Lusitana de Fitossociologia, entidade que mantém um protocolo de colaboração com a Quercus para assessoria científica a este nosso projecto.

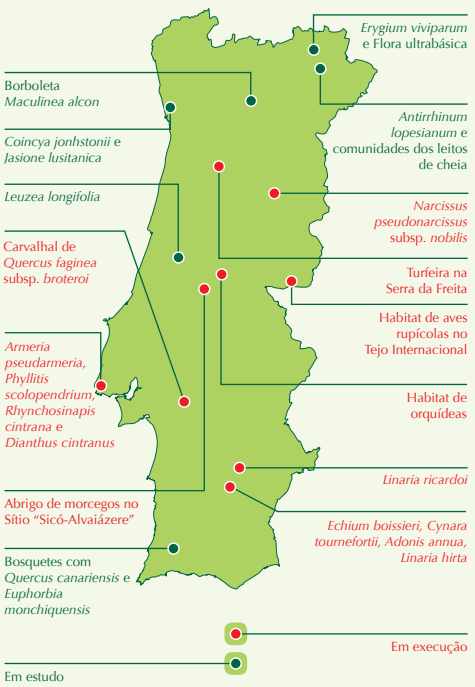
Plantago algarbiensis

Tuberaria major

NO CASO DE FAZER DONATIVO!

Por Favor indique-nos o seu NIF – Número de Identificação Fiscal - para que possamos enviar o documento com vista a usufruir de benefícios fiscais em sede de IRS.

rede de micro-reservas biológicas



Quando adquirir produtos na loja da Quercus está também a apoiar o Fundo de Conservação. Visite o site da Quercus e dê um salto à e-loja. Surpreenda-se com os produtos que pode adquirir!

http://e-loja.quercus.pt

Apoie os Projectos de Conservação da Natureza e da Biodiversidade

Dados para donativos e informações sobre os projectos: NIB: **003501470004737433010**
Morada: **Apartado 230 7801-903 BEJA** Telefone **93 778 84 73** e-mail: **fcnatureza@quercus.pt**

Fundo Quercus Conservação Natureza

EARTH CONDOMINIUM
A NEW JURIDIC CONCEPT FOR THE PLANET

Instalação?

Antenas de telemóveis

As antenas de telemóveis são consideradas infra estruturas de suporte de estações de radiocomunicações e respectivos acessórios, definidas na alínea. a) do artigo 2.º do Decreto Lei n.º 11/2003 de 18 de Janeiro como "conjunto de elementos que permitem a instalação e funcionamento dos equipamentos de radiocomunicações".

IDALINA PERESTRELO

Vanessa Cunha

De acordo com o disposto no n.º 4, a instalação deste tipo de infra-estruturas carece de autorização municipal.

O procedimento para a obtenção desta autorização segue os trâmites previstos nos artigos (art.) 5.º e seguintes, sendo que, o número 2 do art. 5.º ressalva que, em casos de instalação destas infra-estruturas em edificações, deverá acompanhar o pedido de autorização, para além dos demais documentos (designadamente, um estudo justificativo da estabilidade das edificações sob o ponto de vista estrutural e da fixação das infra-estruturas de suporte das estações de radiocomunicações ao edifício) a cópia do documento de que conste a autorização expressa para a instalação do proprietários ou dos condóminos (alínea b) – do citado preceito legal).

É por este motivo que as empresas de telecomunicações pretendem, antes de mais, obter o consentimento por parte dos condóminos ou do proprietário, de forma a viabilizar o pedido.

Para a obtenção desta aprovação, geralmente as empresas negoceiam directamente com os condóminos ou, ainda mais frequentemente, com o Administrador do condomínio.

Todavia, este tipo de decisões deverão ser tomadas em Assembleia de Condóminos, uma vez que, de acordo com o regime da propriedade horizontal, o telhado, o terraço, bem como as instalações gerais de água, electricidade, aquecimento, ar condicionado, gás, comunicações e semelhantes (alíneas b) e d) do número 1 do art. 1421.º do Código Civil) são partes comuns do edifico, pelo que as obras novas a levar a cabo deverão ser aprovadas por maioria dos condóminos, que deverá representar 2/3 do valor total do prédio (art. 1425.º, n.º1 do Código Civil).

Uma vez que esta decisão não cabe ao Administrador do Condomínio (quanto às suas competências, ver art. 1436 do Código Civil), se este porventura decidir sozinho sobre esta matéria, qualquer um dos condóminos poderá recorrer para a Assembleia de Condóminos.

Com que fundamentos poderá o(s) Condómino(s) fundamentar a sua oposição à instalação de uma antena de telemóvel no prédio?

Existem argumentos que fundamentam uma oposição à instalação da antena

Sobretudo é necessário ter em conta que não se trata de um equipamento destinado ao uso exclusivo ou prioritário do condomínio. Para além de traduzirem uma alteração do normal uso das partes comuns, existem factores de risco decorrentes das radiações electromagnéticas das antenas, o desequilíbrio estético introduzido pelas estruturas de fixação das antenas e pelas próprias antenas e os riscos de desvalorização patrimonial do imóvel.

Desta forma, qualquer condómino pode contestar a instalação no seu prédio de antenas de telemóveis, na medida em que se traduzem numa alteração do normal uso das partes comuns, susceptível de provocar não somente riscos desnecessários mas também depreciação do valor comercial do imóvel e, consequentemente, da fracção autónoma de que o condómino é proprietário.

Supondo que este consentimento é, no entanto, dado pelos condóminos, o que pode suceder?

Com esta autorização, a Empresa operadora de Telecomunicações pode assim, reunindo os demais requisitos, solicitar licenciamento à Câmara Municipal.

A Câmara pode deferir ou indeferir o pedido.

A própria lei prevê que o licenciamento seja recusado com fundamento em "razões objectivas e fundadas relacionadas com a protecção do ambiente, do património cultural e da paisagem urbana ou rural", (al. c) do art. 7.º do DL n.º 11/2003, já citado).

Em caso de deferimento, como pode o particular reagir?

Em caso de deferimento camarário, o particular pode reagir, face à sua legitimidade de intervenção, como titular de direito subjectivo ou interesse legalmente protegido e a quem a actuação administrativa possa provocar prejuízos relevantes em bens fundamentais como a saúde pública, ambiente, ordenamento do território e a qualidade de vida. Também poderá estar aqui em causa a sua tutela constitucional relativamente ao ambiente e à qualidade de vida, protegidos pela Constituição da República Portuguesa.

Pode igualmente o particular requerer medidas provisórias se houver justo receio de se produzir lesão grave ou de difícil reparação dos interesses públicos em causa.

Legalmente, a eficácia de execução dos actos administrativos pode ser suspensa pelos órgãos competentes para a sua revogação e pelos órgãos tutelares a quem a lei conceda esse poder.

Existe também a possibilidade de recorrer a providências cautelares sempre que alguém mostre fundado receio de que outrem cause lesão grave e dificilmente reparável ao seu direito (art. 112º nº 2 al. a)- do Código de Processo Tribunais Administrativos).

Dos vários tipos de providências cautelares aplicáveis ao caso concreto, destacamos a suspensão de eficácia do acto administrativo (art. 112º nº 2 al. a)- do Código de Processo Tribunais Administrativos) e o Embargo de Obra Nova (arts. 412º ss. do Código de Processo Civil por remissão do n.º 2 do art. 112.º do CPTA)

Caso a instalação da antena prossiga sem o consentimento dos condóminos, estes podem consultar o processo junto da respectiva Câmara Municipal e confirmar o licenciamento. Não tendo sido licenciada a instalação, poderão os condóminos solicitar a fiscalização camarária, nos termos do art. 13.º n.º 1 do DL n.º 11/2003.

Para além disso, a instalação e o funcionamento destas infra-estruturas não devidamente autorizadas são passíveis de contra-ordenações.

É da mesma forma importante a fiscalização pelo Instituto das Comunicações de Portugal e pela ANACOM, pelo que – no caso de estruturas já instaladas - será recomendável contactar estas entidades de forma a controlar e avaliar os níveis de referência para efeitos de avaliação da exposição a campos magnéticos.

Cágados

Os dois lados de um mesmo lago

Zoomarine

Ainda que apresentados em conjunto, os indivíduos destas três espécies vivem realidades diferentes. De um lado, aqueles que partilham connosco o território Ibérico de pleno direito – O cágado-de-carapaça-estriada – *Emys orbicularis* (Linnaeus, 1758) – com o seu bonito padrão de cores, e uma distribuição fragmentada e mais rara a Norte do rio Tejo, foi classificado de "Ameaçado", pelo Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal. O cágado-mediterrânico – *Mauremys leprosa* (Schweigger, 1812) – com uma situação ainda considerada "Pouco Preocupante" pelo mesmo livro, apresenta uma distribuição quase contínua a Sul do rio Tejo, distribuindo-se ainda pelo interior do Norte e Centro do país, com alguns pequenos núcleos nas zonas litorais a Norte do rio Tejo. Do outro lado, proveniente da América do Norte, temos o cágado-de-orelhas-vermelhas – *Trachemys scripta elegans* (Wied-Neuwied, 1839) – com uma distribuição quase contínua nas casas dos Portugueses, de Norte a Sul do país.

E porque é que se encontram estas três espécies em dois campos opostos?

Nas lojas de animais os cágados são das espécies mais procuradas pelas crianças. Quantos de vós não estiveram já numa casa de família, que possuía uma pequena tartaruga?

Uma família passou pela loja, comprou uma pequena tartaruga de 2 ou 3 centímetros, para os filhos. Até tinha uma lista avermelhada em cada um dos lados da cabeça, quase parecia uma tartaruga-ninja. Entretanto os filhos cresceram, saíram de casa, e a tartaruga ficou. É que estas espécies podem viver mais de 30 anos. Mas agora não tem apenas algumas gramas, já pesam mais de 2 kg e tem cerca de 25 cm. O aquário inicial já é demasiado pequeno. Também come bem mais e suja mais vezes

ZOOMARINE

▶ O cágado-de-orelhas-vermelhas – *Trachemys scripta elegans* (Wied-Neuwied, 1839)

ZOOMARINE

▶ O cágado-mediterrânico – *Mauremys leprosa* (Schweigger, 1812)

o seu espaço, dá mais trabalho. Há que tomar uma decisão. Ninguém tem coragem de acabar com a vida deste engraçado membro da família, o mais fácil é libertá-lo numa pequena lagoa ou riacho onde possa viver feliz. E é exactamente isso que acontece, esta (já não tão pequena) tartaruga é libertada num espaço onde não tem concorrentes e onde irá ser muito "feliz". Onde a sua maior agressividade, voracidade e determinação de (literalmente) encontrar um lugarzinho ao Sol não constitui a mínima hipótese aos seus habitantes nativos – o cágado-de-carapaça-estriada e o cágado mediterrânico. Se multiplicarmos esta descrição por algumas dezenas a cada semana, começamos a ter uma noção do problema com que Portugal (e o resto do mundo, dado que esta situação se verifica por todo o lado) se depara. As espécies endémicas ganharam mais uma ameaça à sua sobrevivência (a somar a todas as outras que o ser humano foi introduzindo) e estas espécies exóticas vão-se reproduzindo alegremente.

E este foi apenas um exemplo. As autoridades Portuguesas já procuram controlar esta situação, através da legislação que proíbe a detenção de espécimes das três subespécies de *Trachemys scripta* e da espécie *Chrysemys picta*. Mas logo outras espécies surgiram nas lojas para ocupar os seus lugares, com uma problemática semelhante – *Pseudemys concinna*, *Pseudemys hieroglyphica*, *Pseudemys nelsoni* e *Graptemys kohni*.

Como é que o Zoomarine contribui para a protecção destas espécies endémicas e para o controlo das exóticas?

Durante muitos anos o Zoomarine recebia nos seus lagos aquelas tartarugas que as pessoas já não tinham capacidade (ou disponibilidade) para ter em casa, proporcionando-lhes um habitat adequado e alimento sem que existisse o risco de fuga para o meio selvagem. Esta possibilidade manteve-se até que os habitats deixaram de ter capacidade para receber mais. Porque ainda que exóticos, estes animais merecem que tenhamos as mesmas preocupações ao nível de bem-estar animal que as restantes. Neste momento o Zoomarine alberga nos seus lagos cerca de 100 destes exemplares, que desta forma não foram para o meio selvagem. Do outro lado, procura aliviar o peso das ameaças aos cágados endémicos, reabilitando e devolvendo ao meio selvagem, através do Porto d'Abrigo do Zoomarine (Centro de Reabilitação de Espécies Marinhas), exemplares das duas espécies existentes na Península Ibérica, que sejam encontrados feridos e doentes.

E como é que todos podemos ajudar?

De um lado, não recolhendo espécimes selvagens para levar para casa, dado ser ilegal à luz da legislação nacional e provocar o declínio das populações; proteger os habitats naturais destas espécies; e comunicando às autoridades (Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade – INCB; Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente da Guarda Nacional Republicana – SEPNA) ou ao Zoomarine, sempre que encontrar um cágado endémico doente, ferido ou numa situação de risco, para que este possa ser ajudado. Do outro lado, se tiver uma tartaruga exótica, e já não tiver possibilidade de a manter, ou conhecer alguém que tenha uma, não a liberte no meio selvagem. Contacte os serviços centrais do ICNB que procurarão encontrar-lhe um habitat adequado.

ZOOMARINE

▶ O cágado-de-carapaça-estriada – *Emys orbicularis* (Linnaeus, 1758) – com o seu bonito padrão de cores, e uma distribuição fragmentada e mais rara a Norte do rio Tejo, foi classificado de "Ameaçado", pelo Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal.

"Podem ter uma carapaça estriada, em tons de amarelo; podem apresentar-se em tons de cinzento esverdeado ou castanho; ou ainda ser portadores de uma caricata lista vermelha na face. Todos eles têm um comportamento anfíbio e, ao nascerem, apresentam uns tímidos 2,5 a 3 cm. Pertencem a três espécies diferentes e todos eles partilham mais uma característica, é ilegal tê-los em casa."

Um Grande Grupo.
Um **Elemento Comum.**

Dedicação e competência para a valorização do ambiente natural e humano.

A missão do Grupo AdP é prestar serviços nas áreas de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de tratamento e valorização de resíduos, num quadro de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

Através de um conjunto de empresas que operam em todo o País, promovemos diariamente serviços de qualidade e em quantidade a mais de 70% da população portuguesa.

A capacidade dos recursos técnicos e a competência dos recursos humanos do universo empresarial do Grupo é reforçada pela dedicação que temos pela valorização da qualidade do ambiente e da vida das pessoas.

Trabalhando em conjunto por este elemento comum, **cuidamos do património das futuras gerações.**

ÁGUAS DE PORTUGAL

www.adp.pt

O presente projecto, co-financiado pela União Europeia, contribui para a redução das disparidades sociais e económicas entre os cidadãos da União Europeia

Projecto Ecofamílias

Quercus faz balanço positivo de 2007

Anulação de consumos stand-by e off-power, substituição de lâmpadas e troca de equipamentos foram as medidas base que o projecto EcoFamílias procurou implementar ao longo de um ano junto de mais de 200 famílias, com vista à redução do consumo de energia eléctrica nas habitações.

Sara Campos – EcoCasa

L. FERNANDES

HÉLDER SPÍNOLA

A Quercus concluiu no passado mês de Abril o programa EcoFamílias, que decorreu durante o ano de 2007, com a elaboração do relatório final. Ao todo, foram acompanhadas 206 famílias distribuídas por nove zonas climáticas de Portugal Continental, junto das quais se procurou implementar várias medidas de redução do consumo de energia eléctrica, através da alteração de comportamentos no quotidiano.

Devido às características específicas da amostra estudada, os seus comportamentos não podem ser generalizados como modelo padrão da população portuguesa: por um lado o predomínio das faixas etárias intermédias e por outro de habilitações académicas de grau superior.

Em geral, a poupança energética é uma prática ambiental com bastante adesão por envolver pouco esforço e exigência. No entanto, a iniciativa de implementar este tipo de hábitos varia sempre consoante a maior ou menor percepção das pessoas relativamente aos consumos dos diversos equipamentos. No caso de áreas como a iluminação e a informática, o peso na factura energética mensal é ainda significativo – cerca de 15% – embora não haja muita noção desse facto por parte de quem consome. Já a categoria do entretenimento é muito mais associada a um grande potencial de poupança, registando maior adesão em termos de medidas de redução energética.

O mesmo acontece com os equipamentos de frio, as máquinas de lavar e secar e a climatização, havendo aqui uma maior consonância entre os valores medidos e a percepção das pessoas face aos respectivos consumos.

Os equipamentos de frio são os mais exigentes em termos de consumo eléctrico, representando uma fatia de 24% na factura anual. Seguem-se as máquinas de lavar loiça e roupa, responsáveis por 16% da energia eléctrica consumida. Refira-se que quer na categoria do frio quer na das máquinas, a maioria dos equipamentos observados eram posteriores à entrada em vigor da Etiqueta de Eficiência Energética.

Iluminação, Entretenimento e Informática representam em conjunto uma fatia de 21% no consumo total de electricidade, sendo estas as categorias onde a redução do consumo implica mudar alguns comportamentos. Estamos a falar, por um lado, da eliminação dos consumos stand-by e off-power em equipamentos como televisores, leitores de vídeo e DVD, aparelhagens, consolas e computadores e, por outro, da substituição de lâmpadas incandescentes por lâmpadas economizadoras. O projecto EcoFamílias teve mais incidência nestas áreas por serem mais acessíveis em termos de actuação, o que permitiu tirar algumas conclusões pertinentes.

Em 70% das habitações verificou-se a existência de pelo menos um computador, sendo que 76% dos equipamentos informáticos apresentavam consumos stand-by ou off-power. O mesmo acontecia nos equipamentos de entretenimento, com 65% a apresentarem este tipo de consumos desnecessários.

Na área da Iluminação verificaram-se alguns progressos, sendo que na média das habitações monitorizadas as lâmpadas fluorescentes compactas já representavam 22% do total da iluminação da casa. A mesma percentagem aplica-se às lâmpadas de halogéneo, com consumos no entanto elevados face ao número de horas de utilização. No entanto, a maior fatia continua a caber às lâmpadas incandescentes, as menos eficientes, que representam ainda 46% da iluminação das habitações.

O tipo de contador instalado foi outro aspecto levado em conta, sendo que mais de metade das EcoFamílias não possuíam contador bi-horário, cuja aquisição se revela compensadora económica e ambientalmente. Em média, podem transferir-se 1513 kWh/ano para o período de vazio.

Relativamente à construção, 62% das habitações EcoFamílias apresentavam parede dupla de tijolo com isolamento térmico. Também ao nível dos envidraçados se verificaram melhorias pela presença de vidros duplos com caixilharia de PVC ou alumínio e corte térmico. Uma tendência mais comum nos edifícios pós-1991, ano em que entrou em vigor o primeiro RCCTE (Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios).

No global da poupança conseguida, a área do entretenimento foi a que registou uma maior redução (33%), através da anulação dos consumos stand-by e off-power, seguida de perto pela substituição da iluminação, com um peso de 31%. A troca de equipamentos de frio e a anulação de consumos stand-by e off-power nos equipamentos de informática representam uma fatia na redução total de 18% e 17%, respectivamente. Por fim os microondas, cujos consumos já se fazem sentir na factura final, contribuíram para 1% da poupança conseguida.

O cálculo do potencial de poupança energética do projecto EcoFamílias baseou-se portanto na conjugação das seguintes medidas: substituição de lâmpadas, eliminação de consumos stand-by e off-power e substituição de equipamentos, com tempo de retorno de investimento inferior a seis anos. Se o potencial de poupança das EcoFamílias fosse aplicado a todas as famílias de Portugal Continental estaríamos a falar numa poupança energética de 1,2 TWh/ano, o equivalente a uma redução de 586 mil toneladas de CO_2 face às emissões de 2007. Este cenário contribuiria em cerca de 1% para o cumprimento português do Protocolo de Quioto.

Desenvolvido pela Quercus, este projecto foi promovido pela EDP Distribuição e apoiado pela ERSE no âmbito do Plano para a Eficiência no Consumo (PPEC). As medidas desenvolvidas no âmbito do PPEC 2007 terão, segundo a ERSE, reflexos até 2023, sendo que o projecto EcoFamílias contabilizará, em 15 anos, uma poupança global de 1,07 GWh.

Bolsa EcoCasa – Iniciativa divulga empresas na área da Eficiência Energética

A Bolsa EcoCasa é uma das vertentes do projecto EcoCasa, desenvolvido pela Quercus, e pretende divulgar empresas e outras entidades que actuem nas áreas da Eficiência Energética e das Energias Renováveis. Aproximar consumidores e produtores e estimular a troca de informação entre os vários agentes do sector são os objectivos principais desta iniciativa. As empresas associadas à Bolsa EcoCasa podem ser conhecidas através do site oficial do projecto em www.ecocasa.org, onde é possível encontrar informação sobre a sua actividade. Para os sócios da Quercus existe ainda a vantagem adicional de poderem usufruir de benefícios na aquisição dos vários produtos e serviços que estas empresas disponibilizam.

Reportagem

Na pista das florestas do Ca

Manuel Trindade

Este artigo propõe-se mostrar como a procura por produtos florestais por parte dos países desenvolvidos está a ser suprida por países com baixa transparência na sua gestão florestal e com poucas preocupações de direitos humanos. O artigo toma por exemplo as florestas do Cambodja como fonte de matérias-primas para as indústrias Asiáticas em forte expansão, lideradas pela China (contraplacado, papel, e outros).

Consequências ambientais do corrompimento no Cambodja

O regime Cambodjano dirigido pelo Cambodian People Party (CPP) de Hun Sen fez uma escolha clara início dos anos 90, a de não apostar no desenvolvimento sustentável, dando prioridade a companhias, em detrimento das suas populações, vendendo terra e recursos do Estado ao comprador com menos escrúpulos.

O sistema político no Cambodja é uma pirâmide na qual as pessoas que estão no topo podem cometer crimes indescritíveis e as pessoas na sua base não têm quaisquer direitos.

O dinheiro, sob a forma de subornos ou extorsões, sobe a pirâmide e a violência desce-a.

Este é o mecanismo cultural da impunidade. O próprio Primeiro Ministro distribuiu vastas áreas do Cambodja aos seus parceiros de negócios e amigos.

Pilhar desta forma só é possível com a cumplicidade da polícia e das Forças Armadas Reais. Os lucros do transporte de madeira ilegalmente cortada financiam um pequeno exército (um corpo de segurança pessoal de elite, composto por 4.000 tropas bem equipadas e leais a ele e uma força de reserva de 2.000 soldados, conhecida como a Brigada 70) que mantêm o líder autoritário no poder.

A exportação informal de madeira do Cambodja não proporciona quaisquer benefícios ao Estado e muitos menos às comunidades locais (impostos ou emprego). O desenvolvimento social e económico do país está a ser adiado devido à má gestão, à falta de governância e de transparência; O Cambodja é agora e assim deverá permanecer durante muitos mais anos, um mero fornecedor, enquanto os países vizinhos já estão a sentir as mais valias que geram ao processar as suas florestas.

Desflorestação

Não se sabe ao certo quantas áreas florestais restam no Cambodja. Os dados oficiais não são fidedignos. Mesmo a própria definição de floresta é um desafio. O facto é que milhares de hectares desaparecem anualmente no Cambodja, disfarçados de desenvolvimento de plantações agrícolas. Segundo a FAO, o Cambodja perdeu 26.800 ha de floresta primária por ano entre 2000 e 2005 (de entre 20 a 30% do total), classificando-o como o terceiro pior país a nivel mundial [(1)].

Conversão de terra

Até 80% de toda a desflorestação é feita devido à necessidade de libertar terra para a agricultura ou plantações industriais. No Cambodja, alternativas viáveis não são dadas às populações rurais e estas têm poucas alternativas ao abate de florestas para conversão em plantações de arroz.

Mudanças climatéricas

O abate de árvores é uma das piores coisas que se pode fazer no que se refere a mudanças climatéricas. A desflorestação contribui entre 20% a 30% de todas as emissões mundiais de Dióxido de Carbono ($C0_2$). A Indonésia e o Brasil encontram-se agora no Top 4 das nações mais poluidoras do mundo, como resultado da desflorestação (cerca de 80% das emissões do Brasil provém da desflorestação).

As árvores estão na primeira linha da defesa contra a poluição, absorvendo milhões de toneladas de Gases de Efeito de Estufa, que conservam nos seus troncos. De acordo com o Programa Ambiental das Nações Unidas (UNEP), as árvores armazenam carbono na sua biomassa que, quando combinado com o carbono encontrado na madeira morta e solo na sua vizinhança, resultam em 50% mais de carbono do que existe actualmente na atmosfera. Quando essas árvores são cortadas ou ardem, todo esse carbono é libertado na atmosfera.

Cheias

As mudanças climatéricas interferem com os padrões de queda de chuva. Os danos das cheias para as plantações de arroz têm sido substanciais no Cambodja nos últimos anos.

Quando as árvores são removidas, a água escoa-se, exacerbando a erosão dos solos e diminuindo a fertilidade dos mesmos, aumentando a sedimentação das massas de água e reduzindo as populações de peixes.

Lenha para energia

Aproximadamente 85% de toda a energia consumida no Cambodja é baseada na madeira[(2)] (lenha para fogo, carvão). Quando as empresas estrangeiras alugam floresta Estatal por uma média de 70 anos, não dão direitos de acesso às populações locais. Homens, mas também mulheres, têm de se deslocar mais longe para recolher a sua lenha para fogo, com riscos acrescidos de minas antipessoal, malária, assaltos, e outros.

As cadeias de venda de madeira na região

"Quando a estabelecer ligações em produtos florestais com a China, existem apenas algumas pessoas a trabalhar no sector florestal tal como está. A Global Witness e o NGO Forum são as que têm redes em áreas rurais e que lhes podem fornecer informação.Por isso, não se atingiu este nível de detalhe para o comércio de base de produtos florestais. Só se pode olhar para a lógica das estatísticas macro. Há um suposto bloqueio de abate florestal na China e Tailândia e restrições no Vietname. Logo, o consumo Chinês de madeira tem de vir de algum lado. Aparte isto, ainda não foi feito nenhum estudo detalhado sobre para onde a madeira Cambodjana está especificamente a ser exportada,, aparte, numa larga escala, para a indústria mobiliária do Vietname, Tailândia, ou Laos e então Tailândia.", Cambodian Development Research Institute, 2005.

Durante os anos noventa, quase metade das florestas no Cambodja eram propriedade de empresas privadas, que reduziram os seus planos de gestão florestal a uma vasta operação de "abate e fuga". No fim dos anos noventa, o Cambodja estava a fornecer dois milhões de m^3 à Tailândia e um milhão de m^3 ao Vietnam, por ano. Os Khmeres Vermelhos e as Forças Armadas Governamentais financiavam a sua guerra com madeira. Pol Pot morreu em 1998. Na mesma altura houve uma pressão de doadores internacionais para diminuir o saque;

(1) FAO, 2005. GLOBAL FOREST RESOURCE ASSESSMENT. FAO FORESTRY PAPER 147.
(2) "WOOD ENERGY IN CAMBODIA, A BRIEF OVERVIEW: CURRENT STATUS, TRENDS AND CHALLENGES", GERES CAMBODJA

mboja

MANUEL TRINDADE

o transporte de toros de madeira foi banido e o abate ilegal diminuiu. Só que lucros chorudos e leis permissivas fizeram com que as motoserras acabassem por nunca parar. O partido no poder, então sozinho, começou a financiar o seu regime com as florestas que restavam. Ao longo dos anos foram inventados muitos esquemas criativos para ultrapassar as regulamentações florestais. O mais caricato envolveu permissões de abate a serem ostensivamente dadas com o objectivo de construir uma plataforma para que o regimento de para-quedistas pudesse praticar saltos. O mais vergonhoso foi o de persuadir monges a assinar documentos que requisitavam toros da madeira preciosa Hopea odorata para construir barcos dragão que representassem os seus templos no festival anual de corridas de barcos.

No que diz respeito às importações Vietnamitas, o Asian Development Bank (ADB) forneceu documentação em 2000 que sugeria que, para um consumo global de toros de madeira de largo diâmetro de 1,6 milhões de m^3, com quotas de abate de 300.000 m^3, "a implicação é que o balanço de 1,3 milhões de m^3 foi ilegal." Estes toros ilegais provieram então de outras fontes no Vietname ou de operações de abate no Cambodja e Laos. Apesar do Cambodja ser de longe a maior fonte, outros países têm um papel na estratégia de fornecimento de madeira do Vietname, como a Birmânia, a Malásia e a Indonésia.

O último relatório sobre o abate ilegal no Cambodja, pelo watchdog Global Witness (Junho 2007) centra-se no uso das concessões económicas, um nome diferente para o mesmo problema, uma cobertura para o abate ilegal. Esta associação, que foi contratada pelo próprio governo para ser Forest Crime Monitor, foi expulsa do Cambodja no inicio de 2005, no seguimento do seu primeiro relatório. O segundo, que saiu já em 2007, foi banido no Cambodja e teve de ser publicado na Tailândia.

O relatório recebeu a mais alta condecoração que um trabalho de pesquisa de uma ONG pode receber do Governo Cambodjano: foi banido. A razão? Expõe o maior sindicato de abate ilegal no país e as suas ligações a oficiais governamentais séniores, incluindo o Primeiro Ministro. O relatório, resultado de três anos de vigilância, detalha a maneira como o exército tem sido usado como um correio ilegal de madeira para o comércio secreto com o Vietname e a China. A organização ambiental explica como a madeira é processada numa serralharia ilegal ou enviada por camião de noite para a capital, Phnom Penh, a maior parte indo eventualmente parar à China. Entre 2003 e 2005, a China diz que comprou $16,2 milhões em contraplacado proveniente do Cambodja. Curiosamente, as exportações registadas pelo Cambodja e, consequentemente, os impostos pagos no mesmo período foram de zero.

A maior parte das exportações informais de madeira do Cambodja vão para o Vietname, a partir de onde vão para a China, Japão, Taiwan e Coreia. Durante muitos anos o Laos também teve um papel importante no fornecimento informal de madeira ao Vietname (600 - 660.000 m^3 para madeira semi-processada e ilegal importada pelo Vietname em 2002). O Vietname e a Tailândia desenvolveram indústrias florestais cuja capacidade de produção excedem largamente o abate nacional autorizado. Restrições ao abate nesses países resultaram numa pressão acrescida sobre as florestas dos países vizinhos.

"Não há almoços gratuitos"

A nova tendência, agora que as florestas já não são comercialmente atractivas, é a de desenvolver plantações para a indústria regional de pasta de papel. Enquanto que o Ocidente consome demasiado papel, o Vietname, a Tailândia e a China "lavam" madeira ilegal, o regime Cambodjano faz dinheiro através da especulação dos preços da terra, o povo do Cambodja está a lidar com a perseguição, intimação e até ataques com granadas, para recuperar as suas terras, roubadas por empresas com apoios governamentais e militares.

Os doadores Internacionais, que gastaram $601 milhões em 2006, perfazendo metade do orçamento Cambodjano, falharam em reformar o sector florestal no Cambodja nos últimos 15 anos e não introduziram nenhuma lei anti-corrupção. A questão é: será que se importam?

A China, potência da região, está a doar sem pedir contrapartidas tanto quanto todos os outros doadores juntos, claramente para poder aceder a recursos estratégicos para a sua florescente indústria madeireira. O comérco externo da China em produtos florestais atingiu 27,2 bilhões de US$ na primeira metade de 2007, mais 35,3% do que no mesmo período de 2006. Exportações de produtos florestais subiram 41%, para 15,5 biliões de US$ e as importações subiram 28%, para 11,7 biliões de US$. As importações são maioritariamente matérias-primas, como polpa de papel, e as exportações foram de materiais de grande mais-valia ou de trabalho intensivo, com vantagens competitivas(3).

Estranhamente ou não, o Japão, que é um importador de produtos florestais Cambodjanos, é o segundo maior doador do Cambodja.

A ajuda internacional não é grátis. Os conselhos que o Cambodja recebe sobre o potencial das plantações de pasta de papel, por exemplo, provém de consultores estrangeiros, que capturam até 50% do que é originalmente dado como ajuda internacional(4). O financiamento para as plantações, políticas e fábricas de pasta de papel provêm de países industrializados. Em terceiro lugar, a maquinaria e equipamento que equipa as fábricas de papel são fornecidos, desenvolvidos e manufacturados por firmas estrangeiras. Todos estes três processos são frequentemente financiados por "ajudas" bilaterais ou multilaterais e créditos de exportação. Finalmente, uma grande percentagem do produto final vai para mercados nos países industrializados, onde o consumo (ou sobre-consumo) de papel é muitas vezes superior ao dos países na região do Rio Mekong.

Um facto ainda mais ultrajante e que mostra que os países doadores se preocupam acima de tudo com os seus consultores, procura interna e mercado, é a assistência militar que as Forças Armadas Reais Cambodjanas, organização que transporta madeira ilegal, recebe da Austrália, China, Vietname e Estados Unidos, apesar de um corrompimento bem documentado e um cada vez mais partido único no poder.

Um passo em frente: Promover causas, Reduzir e Reciclar

A maior parte da indústria de pasta de papel é aconselhada, financiada e equipada em países do terceiro mundo, por consultores ocidentais. O Banco Mundial, um dos maiores doadores no sector florestal de países em vias de desenvolvimento, tem sido repetidamente criticado como um proponente da desflorestação. Muitas organizações ambientais por todo o mundo têm acusado o Banco de continuar a prejudicar os seus próprios esforços de mitigar as mudanças climatéricas ao continuar a financiar indústrias baseadas em combustíveis fósseis, numa escala global, e ao permitir a desflorestação. Até um relatório interno do Banco Mundial descobriu que os benefícios financeiros da desflorestação foram para empresas estrangeiras, não para as locais. Grupos locais e outros estão a pedir para que estas práticas industriais de abate de árvores cesse imediatamente e estão a pedir para que se façam mais estudos sobre os impactos ambientais da desflorestação.

Como um consumidor, você faz parte do sistema, precisamente no fim da cadeia industrial. Reduza o seu uso de papel e recicle-o.

Algumas marcas de papel são certificadas. Algumas delas utilizam papel reciclado ou papel sem madeira. O papel também pode ser produzido a partir de palha de trigo ou de arroz, junco, bagaço, fezes de elefante, só para dar alguns exemplos.

MANUEL TRINDADE

Pode procurar as seguintes etiquetas:

Quer saber mais?

Global Witness: www.globalwitness.org
Asia Pro Eco Programme: www.asiaproeco2.com
Publicações de Keith Barney, Chris Lang: www.forest-trends.org
Tropical Forest Trust: www.tropicalforesttrust.com
Center for International Forestry Research (CIFOR): www.cifor.org
The York Center for Asian Research (YCAR): www.yorku.ca/year
Soil Association: www.soilassociation.org/forestry
PEFC: www.pefc.org

(3) PEOPLE'S DAILY ONLINE (HTTP://ENGLISH.PEOPLE.COM.CN/90001/90778/6261280.HTML)
(4) JORNAL DIÁRIO PHNOM PENH POST (29/06/2007)

Quercus em acção

Construção e demonstração de utilização de fornos solares

Núcleo Regional de Braga da Quercus

Realizou o Núcleo de Braga no passado dia 7 de Junho, sábado, das 14h-17h30, com a colaboração da Escola EB 2, 3 de Celeiros e do Eng. Armando Herculano (do Instituto Superior de Engenharia do Porto), no Museu D. Diogo de Sousa, em Braga, uma oficina de fornos solares. A actividade teve 14 formandos, maioritariamente elementos da Universidade do Minho, e constou de:

► Montagem da exposição dos vários fornos trazidos pelo Eng. Herculano

► Montagem de quatro fornos da Solarcity que cozinharam: salsichas, pizza e maçã, tendo outro fervido água para chá.

►Realização de uma experiência dividida em três partes para demonstrar a importância de cada um dos componentes de um forno caixa.

► Dividiram-se os formandos em 3 grupos.

► Demonstração de construção dos fornos tipo caixa a todos juntos.

►Os grupos começaram a trabalhar e depois, pegando num grupo individualmente, o Eng. Herculano explicou como montar os outros fornos.

Quando todos acabaram de montar o forno

SARA CARVALHO

caixa foi-se verificar as temperaturas obtidas nos experimentos antes montados e depois colocaram-se os fornos agora construídos a aquecer para definir a equipa vencedora.

Enquanto os fornos aqueceram lanchou-se e tiraram-se dúvidas durante o convívio.

Terminou-se a actividade com a definição do forno, e portanto da equipa, vencedores.

Assim se escoou uma tarde bem passada e se aprendeu algo mais sobre energias renováveis!

Feira Romana

Realizou-se em Braga, no centro histórico, um evento que já tem lugar há cinco anos por esta altura de Maio/Junho, o "Braga Romana". Desta vez o Núcleo de Braga da Quercus resolveu colaborar, na actividade que decorreu de quinta-feira, dia 5 de Junho, a domingo, dia 8, das 10 às 24 horas em cada um dos dias, o que obrigou a um grande esforço por parte dos voluntários. Esteve presente com uma pequena banca, onde se venderam plantas aromáticas e medicinais de produção biológica (em fresco e em seco), com um vermicompostor, um forno solar feito em madeira, e livros sobre agricultura biológica e OGM, para além de sacos de tecido apelando ao consumo sustentável, isto porque, dentro do possível, tentou-se respeitar os materiais da época e os participantes estavam vestidos "como manda o figurino"! Ambiente a quanto obrigas!

Ofereceu-se, também, aos visitantes pão de bolota (bolotas essas que apanhamos no Outono passado e, depois de cozidas e descascadas foram congeladas e só transformadas em farinha e finalmente em pão no próprio dia) visto ser um hábito lusitano aquando da chegada dos romanos e demonstrar outra utilidade dos carvalhais na nossa região. Foi uma iniciativa com muito sucesso, já que muitos visitantes vinham de propósito à nossa barraca ao terem conhecimento da possibilidade da prova de pão de bolota, já que os seus idosos pais lhes falavam dessa iguaria, nomeadamente de ser consumida aquando da 2.ª Guerra Mundial, quando os cereais escasseavam." ANA CRISTINA COSTA

CONTINENTE e Quercus lançam Rolhinhas no Dia Mundial do Ambiente

Direcção Nacional da Quercus

O Continente e a Quercus lançaram, no passado dia 5 de Junho, Dia Mundial do Ambiente, um novo receptáculo para rolhas de cortiça usadas – o Rolhinhas.

Esta iniciativa pretende promover a reciclagem de rolhas de cortiça usadas e aproveitar o potencial deste resíduo enquanto matéria-prima que pode ser transformada em novos produtos.

Assim a partir da data referida, está disponível em todos os Hipermercados Continente um ponto de recolha, o Rolhinhas, onde poderão ser depositadas as rolhas de cortiças usadas que de outro modo seriam colocadas no lixo normal.

Esta iniciativa de recolha terá depois continuidade através do projecto Green Cork, um programa de reciclagem de rolhas de cortiça desenvolvido pela Quercus, cujo objectivo passa não só pela transformação das rolhas usadas noutros produtos mas também pelo financiamento parcial do programa "CRIAR BOSQUES, CONSERVAR A BIODIVERSIDADE".

O Livro «Diário do Ambiente»

Na mesma ocasião foi lançado o livro "Diário do Ambiente" constituindo uma das iniciativas desenvolvidas no âmbito do projecto HiperNatura Continente em parceria com a Quercus,

LUÍS AVELAR

dando expressão à vertente de sensibilização ambiental que se pretende promover.

Distribuído em dez áreas temáticas diversas – como a Água, os Resíduos, a Energia ou a Construção Sustentável, cada uma subdividida em três partes, o Diário do Ambiente oferece conselhos práticos para aplicação imediata no dia-a-dia, sem antes esquecer de fundamentar cada recomendação com as estatísticas mais relevantes.

Prémio Quercus 2008

No Passado dia 6 de Junho, decorreu no Auditório do Metropolitano de Lisboa (Estação Alto dos Moinhos) a cerimónia de entrega do Prémio Quercus que este ano galardoou a Junta de Freguesia da Ericeira e, a título póstumo, o Dr. José Cardoso da Rocha, ex-aequo.

A Junta de Freguesia da Ericeira foi distinguida com o Prémio Quercus 2008 por ter vindo a demonstrar, através de um conjunto alargado de projectos, o seu empenho e a sua insistência em ser um contributo para a minimização dos problemas ambientais. Com este esforço a Ericeira tem-se assumido como uma referência e um exemplo para outras Juntas de Freguesia demonstrando ainda que a este nível do poder autárquico é possível serem dados grandes contributos para uma boa gestão ambiental do território português. As iniciativas desenvolvidas pela Junta de Freguesia da Ericeira, como o Projecto Ericeira Recicla, a utilização de biodiesel produzido a partir de óleo alimentar usado, a reutilização de móveis e roupas, o fecho do centro da vila ao trânsito, entre outras, são exemplos que poderiam ser seguidos pelas mais de 4000 Freguesias existentes em Portugal

O Dr. José Cardoso da Rocha, reputado Cirurgião-Pediatra, foi, a título póstumo, distinguido com o Prémio Quercus 2008 por ter sido um dos pioneiros da Agricultura Biológica em Portugal. Foi o primeiro produtor português de vinho em Agricultura Biológica e dedicou-se com extremo afinco ao tema da agricultura sustentável, à preservação de espécies autóctones e à protecção da

LUÍS AVELAR

biodiversidade em meio agrícola. Proprietário da Quinta da Comenda, em S. Pedro do Sul, desde 1984, foi responsável pela sua conversão integral à Agricultura Biológica. Ao longo de 23 anos de trabalho e de um forte investimento por parte do Dr. José Cardoso da Rocha, e de toda a sua família, esta Quinta tornou-se numa unidade-modelo e pioneira de um tipo de agricultura perfeitamente compatível com a defesa dos recursos naturais. Assumiu-se também como uma referência no sector do agro-bio-turismo (Turismo de Habitação numa propriedade com Agricultura Biológica), aproximando assim, de uma forma sustentável, o Homem à Terra e à Natureza.

Mais informações em: www.quercus.pt

Actividade na Albufeira do Caia

Núcleo Regional de Portalegre da Quercus

O Núcleo Regional de Portalegre da Quercus e o GEDA – Grupo de Ecologia e Desportos de Aventura, organizaram no Sábado, dia 24 de Maio, uma actividade na Albufeira do Caia que contou com uma saída de campo para observação de aves e com uma "Apanha de lixo" integrada na iniciativa "Clean Up the Med".

Esta actividade teve como objectivo principal o fomento da conservação da Natureza e dos seus habitats, e tentou sensibilizar os presentes para a valorização e preservação dos valores ambientais e paisagísticos da zona. Tentou também chamar a atenção para a importância deste local como parte integrante da Rede Natura 2000 (Rede Ecológica Europeia), e para a promoção de práticas activas que representem efectivamente um usufruto sustentável da mesma.

A saída para observação de aves decorreu durante a parte da tarde na Albufeira do Caia e nas margens do Rio Caia, e ao longo do percurso que realizámos tivémos oportunidade de fazer diversas observações, sobretudo de aves aquáticas, mas também de outras, sendo de destacar a Garça-real, a Garça-branca-pequena, o Pato-real, o Guincho-comum, o Perna-longa, o Corvo-marinho-de-faces-brancas, o Abelharuco, o Milhafre-preto e a Águia-de-asa-redonda.

A Quercus e o GEDA associaram-se também à iniciativa internacional "Clean Up the Med" e realizaram uma acção de apanha de lixo com a respectiva separação, nas margens da Albufeira do Caia durante a parte da manhã. No total foram recolhidos e separados ao longo das margens da Albufeira cerca de 60 kg de resíduos sólidos sendo destes, sensivelmente, 35 kg de vidro; 20 kg de Plástico e Metais, 2,5 kg de papel e cartão e ainda, 2,5 kg de lixo indiferenciado.

Ao longo da acção foi igualmente possível dialogar com vários pessoas que se encontravam no local, tentando chamar a sua atenção para a importância de manter o espaço devidamente limpo e solicitando a sua colaboração para pequenos gestos que poderão trazer grandes benefícios a todos.

NUNO SEQUEIRA

Percurso pedestre em Benavila

NUNO SEQUEIRA

NUNO SEQUEIRA

O Núcleo Regional de Portalegre da Quercus – ANCN organizou em Benavila, concelho de Avis, no dia 20 de Abril, um percurso pedestre que visou a observação e a compreensão do património natural da zona.

Esta actividade, integrada no projecto "Avis – Um concelho a caminhar" pretendeu sensibilizar os participantes para a valorização e conservação dos valores ambientais e paisagísticos existentes na zona, promovendo de igual forma, práticas activas de usufruto sustentável dos mesmos.

Ao longo deste percurso pedestre pudemos tomar contacto com a beleza e diversidade das paisagens existentes nesta zona, assim como identificar um pouco da fauna e flora existentes no local.

O percurso teve uma extensão de cerca de 7 km e decorreu na zona de Benavila/Valongo (Sítio de Cabeção – Rede Natura 2000). Participaram na actividade cerca de 30 pessoas. Durante a mesma foram abordadas diversas questões de cariz ambiental e no final ficou o sentimento de uma jornada proveitosa.

Manifestação contra a Central Nuclear de Almaraz

DR

No próximo dia 13 de Setembro, Sábado, a «Plataforma Antinuclear Cerrar Almaraz» vai realizar uma manifestação contra esta central nuclear que fica junto ao rio Tejo, e a menos de 100km da fronteira portuguesa.

À semelhança de anos anteriores, a Quercus irá juntar-se ao protesto, pelo que iremos posteriormente informar acerca da programação definitiva (no ano passado realizou-se integrada no programa uma visita ao Parque Nacional de Monfragüe).

Os interessados em participar no protesto podem desde já contactar o Núcleo Regional de Portalegre para organizarmos os transportes (portalegre@quercus.pt ou telfs. 960107080 / 960207080).

"Festa da Educação, da Criança e do Ambiente"

A "Festa da Educação, da Criança e do Ambiente" é uma iniciativa da Câmara Municipal de Avis e pretendeu promover a realização de uma série de actividades no concelho, numa semana em que se comemorou o "Dia Mundial da Criança" e o "Dia Mundial do Ambiente".

Decorreram, no âmbito do programa desta iniciativa, algumas exposições, acções dirigidas à poupança de água e um percurso de kayak e de canoa.

O Núcleo Regional de Portalegre da Quercus esteve presente durante esta semana de actividades, quer através da presença constante na exposição com a eHco - Casa Ecológica, quer com a organização no dia 8 de Junho de um atelier de construção de casas-ninhos, aberto às crianças do concelho.

Comemorações do "Dia Mundial do Ambiente"

NUNO SEQUEIRA

NUNO SEQUEIRA

A Quercus – ANCN, através do seu Núcleo Regional de Portalegre, esteve presente na "Festa do Ambiente", iniciativa da Valnor que se realizou em Alter do Chão, no dia 5 de Junho – Dia Mundial do Ambiente.

A "Festa do Ambiente", iniciativa da Valnor SA – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos do Norte Alentejano, pretendeu celebrar o "Dia Mundial do Ambiente", numa actividade dedicada aos mais novos e onde participaram cerca de 1 000 alunos e professores de Escolas de todo o distrito.

O Núcleo Regional de Portalegre da Quercus – ANCN associou-se à iniciativa, estando presente no local com um stand de divulgação de projectos e actividades da Associação e tentando sensibilizar os participantes para as diferentes questões ambientais, quer de âmbito global, quer de âmbito local.

Ao longo deste dia, realizámos também e integradas no programa, algumas actividades de carácter prático, nomeadamente um atelier de construção de caixas-ninho, jogos de reciclagem e de utilização eficiente da energia eléctrica.

Para além da Quercus, marcaram também presença na iniciativa, diversas outras entidades que contribuíram de igual modo para o bom desenrolar das comemorações deste importante dia dedicado ao Ambiente.

Centro de Educação Ambiental de Monsanto

Férias de Verão 2008

Vanda Marques

O Centro de Educação Ambiental da Quercus, situado no Parque do Calhau, em Monsanto, apresenta um Programa de Actividades diversificado, que pretende dar a conhecer este espaço na cidade de Lisboa, com grande valor ecológico devido à sua dimensão e diversidade de espécies existentes.

A dinamização do Centro de Educação Ambiental, com um conjunto de acções para escolas e população em geral, tem sido um dos principais objectivos da actuação e intervenção na área de Lisboa, em simultâneo com a realização de outros projectos e actividades no âmbito da divulgação, sensibilização, formação e educação ambiental.

Sessões de Sensibilização Ambiental
ATL´S (grupos)
Nível 1 (6-10 anos)
Nível 2 (11-14 anos)
Temas disponíveis
► A Água
► O Mar

VANDA MARQUES

► A Floresta
* Biodiversidade
* A Energia
* Os Resíduos
* O Ambiente na Cidade
* Vamos proteger o Planeta Terra!
Duração (média): 2h (inclui jogos e outras actividades)
Nº de Participantes:
Mínimo: 10 Máximo: 20

OFICINAS AMBIENTAIS
Reutilização e Reciclagem
ATL´S e público em geral (grupos)
* Com Imaginação dá uma Nova Vida aos Materiais!
* Máscaras: Animais de Monsanto
Duração (média): 2h30m
Nº de Participantes:
Mínimo: 10 Máximo: 15
Todos os materiais incluídos

Percurso de actividades
ATL´S (grupos)
* À Descoberta de Monsanto
Nível 1 (6-10 anos)
Nível 2 (11-14 anos)
Duração (média): 2h
Nº de Participantes:
Mínimo: 10 Máximo: 30

Contactos para informações e marcações:
► QUERCUS – Associação Nacional de Conservação da Natureza
► Grupo de Formação e Educação Ambiental
► Centro de Educação Ambiental de Monsanto
► Centro Associativo do Calhau – Bairro do Calhau
► Parque Florestal de Monsanto
1500-045 Lisboa
Telefone: 217788474
Telemóvel: 935250077
Fax: 217787749
E-mail: educacaoambiental@quercus.pt
Condições gerais de participação em: www.quercus.pt

Actividades pelo interior – Feiras e Palestras

Núcleo Regional da Guarda da Quercus

Nos últimos meses o Núcleo Regional da Guarda tem recebido vários convites para estar presente em diversas actividades, desde feiras, seminários, reuniões, entre outras.

No início do ano, em Janeiro, tivemos a Echo – Casa Ecológica na cidade da Guarda, passando depois para a Cidade do Sabúgal onde passou o mês de Fevereiro, seguindo depois viagem para Castelo Branco e ainda continua a percorrer o país.

4.ª Amostra Agro-alimentar do Alto Côa

As mais recentes participações foi na 4.ª Amostra Agro-alimentar do Alto Côa realizada na vila do Soito, promovida pela Câmara Municipal do Sabugal, este é já o segundo ano que o Núcleo marca presença, este tipo de participações é muito importante porque além de estarmos mais próximos da população e dos visitantes que passam pela feira, fazemos contactos com as mais diversas entidades para futuras actividades em conjunto.

Um dos grandes problemas que afecta o núcleo regional da Guarda da Quercus, e não é o único a deparar-se com este problema, é a falta de voluntários para fazer actividades ou mesmo participar para as que somos convidados, daí a importância de unir esforços e recursos com outras entidades e assim promover a defesa do ambiente.

A empresa Regriconduta de consultoria ambiental e implementação de normas de segurança e higiene no trabalho, recentemente criada no concelho do Sabúgal, levou a cabo no passado Sábado dia 14 de Junho uma sessão de esclarecimento sobre AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE EM MEIO RURAL. Com o aumento da poluição atmosférica e consequente alargamento do buraco na camada de ozono, frutos da cada vez maior competitividade e consumismo da sociedade moderna, olhar pelo meio ambiente torna-se numa atitude indispensável a cada um de nós.

Foram debatidas várias temáticas desde incêndios florestais, a legislação, a recente moda da microprodução, a reciclagem e gestão das embalagens de fitofarmacêuticos e outros.

L. FERNANDES

Banca na Feira da ASTA

Neste mesmo fim-de-semana de 14 e 15 de Julho participamos com uma banca, na 4.ª Edição da feira de Solieriedade ao ar livre no meio do pinhal existente, promovida pela Associação Sócio-Terapêutica de Almeida -ASTA (Instituição Particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos e de utilidade pública). Foi fundada (juridicamente) em 26 de Outubro de 1998 por Maria José Dinis da Fonseca (mãe de um jovem com deficiência mental), tendo iniciado as actividades em Outubro de 2000 na sua própria casa, na aldeia onde nasceu, Cabreira do Côa - Concelho de Almeida, Distrito da Guarda

A finalidade da ASTA é a de oferecer às pessoas necessitadas de cuidados especiais (essencialmente jovens a partir dos 15-16 anos com deficiência mental e multideficiência), uma alternativa de vida válida e plena de sentido, contribuir para a integração social, humana e económica dessas pessoas e esforçar-se em criar para elas, condições de vida o mais "normais" e verdadeiras possíveis por forma a que o seu futuro seja impregnado com a dignidade e respeito que merecem.

Todos os anos a ASTA escolhe um tema para trabalhar durante o ano, este ano a temática escolhida foi a Ecologia.

O Momento alto foi a passagem de modelos, cujos trajos mostrados pelos membros da associação era revestidos de sacos de plástico, jornais garrafas de água entre outros resíduos.

Participamos com uma banca e demos uma palestra sobre ecologia e os projectos da Quercus.

Ao longo do ano ainda vamos ter mais actividades em conjunto com a ASTA, dado ser uma associação especial na região.

Parabéns aos membros que trabalham diariamente nestas instituições para levar a bom porto estas iniciativas e estas associações.

Palestra sobre a utilização de plantas em ETARS

No próximo mês de Julho vamos marcar presença numa palestra sobre a utilização de plantas em ETARS, no dia 25 de Julho organizado por uma empresa do ramo e com o apoio da junta de freguesia dos Fóios, realizar-se-á no centro cívico da freguesia.

Obrigado a todos os colaboradores que tem participado com a direcção do Núcleo para estarmos presente nas acções para que somos convidados.

O último rio selvagem

De 25 a 27 de Abril decorreu o III Encontro Pelo Rio Sabor nos concelhos de Mogadouro, Alfândega da Fé e Torre de Moncorvo. Este encontro tem reunido algumas centenas de pessoas que ano após ano têm ido ao Nordeste conhecer o vale do Sabor e afirmar a sua posição em defesa de um rio livre.

Núcleo Regional do Porto da Quercus

HELENA MARQUES

HELENA MARQUES

Foi um evento abençoado pelo bom tempo, um fim-de-semana de Verão escaldante. Rodeados por uma paisagem extraordinária, ficamos a conhecer alguns recantos deste rio, através de passeios temáticos, caminhadas, passeios de burro, em btt, descida em canoa/kayak. Houve ainda palestras, uma conversa sobre os velhos tempos com gentes da terra, projecção de vídeos, arraial e jogos tradicionais.

Como se sabe, existe um projecto para a construção de uma mega-barragem na zona do Baixo Sabor, defendido pelo Governo e pelas autarquias locais. O Rio Sabor é o último grande rio sem barragens do nosso país e um dos últimos da Europa nestas condições, sendo por isso reconhecido por muitos, como o último grande rio "selvagem". De facto, este rio possui características únicas, que lhe permitem conservar uma importante comunidade de aves rupícolas ameaçadas e habitats de conservação prioritária a nível Europeu. Trata-se de uma área classificada como Rede Natura 2000 e Zona de Protecção Especial, segundo as Directivas Comunitárias, onde, por essas razões, não podem ser realizados empreendimentos causadores de grandes impactos ambientais.

A Plataforma Sabor Livre (de que a Quercus faz parte) continua a lutar pela preservação do Rio Sabor, mas este talvez tenha sido o último encontro neste rio livre de barragens. HELENA MARQUES

IV Sábado Aromático recebe a Primavera

JORGE PAIVA

LUÍS ALVES

Finalmente um Sábado Aromático com sol! Mas esta não foi a única novidade, tivemos também o privilégio de ter presente o Dr. Jorge Paiva que nos falou sobre as plantas aromáticas e as pessoas. Foto Jorge_paiva

O Eng. Luís Alves voltou a ser o nosso guia por esta aventura que é a incursão pelo mundo das aromáticas, na teoria e na prática. Pudemos visitar o Cantinho das Aromáticas, que desta vez estava em pleno, todo florido, aromático e ensolarado. A conversa foi como as cerejas, que foram também a sobremesa que a Sabor.a nos ofereceu desta vez, juntamente com todas as iguarias que compuseram o nosso almoço biológico (ingredientes gentilmente cedidos pelo Quintal, Horta à Porta e Mimos da Aldeia) e bem aromatizado com as ervas do Cantinho, sobre as quais nos falaram ambos os nossos tutores, cada um com a sua perspectiva. Foto luís_alves

Como não poderia deixar de ser, terminamos mais uma edição com a plantação de uma planta aromática na malga da Quercus, ambas oferta, e com muito boa disposição. Voltamos a repetir mais uma experiência de educação ambiental e sensibilização para a agricultura biológica e preservação da biodiversidade. CLÁUDIA SILVA

Apoio especial:

Jornadas Quercus de Arquitectura Sustentável

Cidades Sustentáveis

Realizou-se no passado dia 24 de Maio o último painel das Jornadas Quercus de Arquitectura Sustentável no Museu Nacional Soares dos Reis, desta vez com o tema "Cidades Sustentáveis".

O painel foi preenchido com a presença da Eng. Kathrin Calhau com o tema Eco-comunidades: Uma abordagem integrada", seguido da apresentação do Dr. Joaquim Branco que nos chamou a atenção para "A Reabilitação Urbana é uma obrigação colectiva" com alguns dados relevantes sobre o que tem sido a actuação na reabilitação urbana da cidade do Porto através da Porto Vivo Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense.

Ainda de manhã usufruímos da apresentação do Arq. Bruno Marques com o tema "Desenho Urbano Bioclimático".

Após as apresentações da manhã seguiu-se o almoço biológico. Mesmo com o mau tempo algumas pessoas ainda se aventuraram a passear pelo jardim do Museu Nacional Soares dos Reis.

Já na parte da tarde o Arq. João Guimarães em representação da Expo mostrou-nos o desenvolvimento do projecto da Expo 98 e o que foi durante esses dez anos de existência.

Seguiu-se a vez da Arq. Carla Silva que apresentou-nos os objectivos do Consórcio entre a Câmara Municipal de Óbidos e a empresa Ecochoice.

JORGE VIEIRA

Todo o debate foi moderado pelo Francisco Ferreira em representação da Direcção Nacional da Quercus.

A concluir todos os painéis contamos com uma comunicação do Ricardo Marques, presidente do Núcleo do Porto, seguido da visualização de algumas imagens e vídeos reveladoras dos bons momentos que foram as Jornadas Quercus de Arquitectura Sustentável.

JORGE VIEIRA

O balanço desta iniciativa da responsabilidade do Núcleo do Porto é muito positivo, demonstrando que o interesse e a importância desta área no ambiente é cada vez maior, prometendo o núcleo dar continuidade ao trabalho que começou a desenvolver. Deste evento surgiram também parcerias com instituições e técnicos, em que podemos destacar a parceria com a Ordem dos Arquitectos, Secção Regional do Norte, que já realizou com o apoio da Quercus no passado dia 29, 30 e 31 de Maio, na sede do Núcleo do Porto, o Curso de Certificação Ambiental da Construção Sustentável – Sistema LiderA, sistema esse que foi apresentado nas jornadas no painel de Abril.

Podemos dizer que inscreveram-se nas jornadas cerca de 500 pessoas, 15 voluntários ajudaram-nos a realizar o evento, e 24 oradores/moderadores ajudaram a fazer o sucesso.

Aproveitamos assim para agradecer ao Museu Nacional Soares dos Reis, a todos os participantes, oradores, moderadores, voluntários e patrocinadores que fizeram com que o evento possível. ADRIANA FLORET

Brisa
FTSE4Good
A NATUREZA É O NOSSO MELHOR DESTINO
E nunca a perdemos de vista, desde que a vimos.
A Brisa é e tem sido reconhecida como uma das empresas pioneiras da sustentabilidade e da responsabilidade ambiental. Uma tradição a que nos mantemos fiéis investindo em projectos vitais, sob o compromisso "Brisa pela Biodiversidade".
Este compromisso fixa novos desafios para a empresa, que irá promover a conservação das espécies, através do investimento em investigação científica e do apoio a iniciativas de educação, procurando também encontrar melhores soluções para a sua actividade nas auto-estradas.
A Brisa compromete-se a preservar e a sustentar a natureza porque, sem ela, não teríamos para onde ir.
É o nosso melhor destino.
ecoBrisa
Investigação e Educação

Quercus CIR Centro de Informação de Resíduos

Centros Integrados de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos Industriais Perigosos

Os CIRVER

Os Centros Integrados de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos Industriais Perigosos (CIRVER) foram formalmente criados através do Decreto-Lei nº 3/2004 de 3 de Janeiro. Estão organizados para darem resposta para o tratamento da quase totalidade das 254 x 103 toneladas de RIP – Resíduos Industriais Perigosos que anualmente são produzidas, estando ainda preparados, em termos de capacidade instalada, para tratar os passivos ambientais que ao longo dos anos se têm acumulado um pouco por todo o país.

L. FERNANDES

CIR – Centro de Informação de Resíduos da Quercus

Foram dois os CIRVER seleccionados por procedimento concursal, estabelecido e regulado pelo Decreto-Lei n.º 3/2004, de 3 de Janeiro, com a constituição de uma comissão de análise à qual competiu a avaliação e ponderação dos projectos apresentados, tendo a respectiva lista da classificação final sido homologada pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional em 7 de Junho de 2005.

São dois os CIRVER que se complementarão nestas actividades, ambos no concelho da Chamusca. Um deles está a ser levado a cabo pelo SISAV — Agrupamento de Empresas — Sarp Industries S. A., Auto Vila, S. A., SAPEC Portugal, SGPS, S.A.. O outro está a ser levado a cabo pela ECODEAL — Gestão Integral de Resíduos Industriais, S. A., composta pela FCC (Fomento de Construcciones y Contratas S.A) e pela Quimitécnica Ambiente.

Os CIRVER dão uma verdadeira resposta ao tratamento dos RIP, sendo a co-incineração e a exportação operações complementares que irão assegurar o destino de uma pequena fracção dos RIP que não tem solução de tratamento nestas instalações.

A inauguração dos CIRVER ocorreu no passado mês de Junho, justamente um ano depois do lançamento da primeira pedra pelo Ministro do Ambiente, Contudo, desde a sua constituição legal, em 2004, até à presente data, têm surgido situações que podem vir a perturbar o seu funcionamento caso não sejam sanadas rapidamente.

Resíduos industriais perigosos

O Estudo de Inventariação de Resíduos Industriais (Relatório Síntese), de Junho de 2003 e publicado pelo extinto Instituto dos Resíduos, faz uma estimativa global da produção de resíduos industriais de 29 x 106 toneladas, das quais somente 254 x 103 toneladas são RIP, ou seja, aproximadamente 0,9%.

Em termos de destinos possíveis, perspectivam-se as seguintes soluções:

a) CIRVER: 195000 toneladas/ano

b) Regeneração de solventes: 10000 toneladas/ano

c) Regeneração de óleos minerais: 45000 toneladas/ano

d) Tratamento térmico (co-incineração ou outro): 20000 toneladas/ano (provenientes dos CIRVER)

De referir que já foi apresentado publicamente um projecto para a regeneração de óleos usados a ser instalado em Portugal.

Unidades funcionais

Os CIRVER pretendem ser unidades integradas que conjuguem as melhores tecnologias disponíveis a custos comportáveis, permitindo viabilizar uma solução específica para cada tipo de resíduo, de forma a optimizar as condições de tratamento e a minimizar os custos do mesmo.

De uma forma geral, os RIP a tratar no CIRVER são os resultantes de:

- Refinação de petróleo;
- Indústrias de produtos químicos inorgânicos;
- Indústrias de produtos químicos orgânicos;
- Produção de tintas, vernizes e esmaltes;
- Indústrias de produtos inorgânicos de processos térmicos;
- Produtos inorgânicos com metais;
- Processos do tratamento de superfície de metais e plásticos;
- Produtos oleosos, que não óleos usados;
- Solventes;
- Embalagens contaminadas;
- Solos contaminados.

Os resíduos industriais perigosos a tratar no CIRVER têm diferentes origens tais como: indústrias extractivas; indústrias alimentares e das bebidas; fabricação de têxteis; indústrias da madeira e cortiça; fabricação de produtos químicos; indústrias metalúrgicas de base; fabricação de produtos metálicos; indústrias da reciclagem; produção de electricidade e de gás; captação, tratamento e distribuição de água.

Um CIRVER, segundo o Decreto-Lei nº 3/2004, inclui necessariamente as seguintes unidades de recuperação, valorização e eliminação de resíduos perigosos:

1. Unidade de classificação (incluindo laboratório, triagem e transferência)
2. Unidade de estabilização (de cinzas volantes, lamas de tratamento de efluentes gasosos e de águas residuais e resíduos da valorização de solventes e óleos usados)
3. Unidade de tratamento de resíduos orgânicos (como sais e soluções contendo compostos orgânicos, resíduos contendo hidrocarbonetos e solventes usados)
4. Unidade de valorização de embalagens contaminadas (fitossanitárias, produtos petrolíferos, tintas e vernizes)
5. Unidade de descontaminação de solos
6. Unidade de tratamento físico-químico
7. Aterro de resíduos perigosos
8. Estação de tratamento de águas residuais

Contudo, ambos os CIRVER apresentam outras unidades funcionais complementares às referidas anteriormente.

A título indicativo e ilustrativo, apresenta-se a seguir o diagrama de blocos e balanço de massas do CIRVER da SISAV. Como se pode verificar, as várias unidades funcionais são complementares umas às outras, permitindo desta forma tratar os vários produtos resultantes dos tratamentos iniciais que os diferentes resíduos sofrem.

Produtos resultantes do tratamento

São vários os produtos resultantes do processo de tratamento dos CIRVER, a seguir são apresentados alguns exemplos:

► Embalagens/reutilização

Os contentores de plástico e os bidões metálicos que se apresentam em boas condições são devidamente lavados, de forma a garantir que estes fiquem livres dos produtos que anteriormente contiveram, podendo assim ser directamente reutilizados.

L. FERNANDES

WWW.VPPSA.ORG/SERVICES.HTM

► **Embalagens/reciclagem**

As embalagens de plástico são trituradas e posteriormente lavadas, para que no final o plástico triturado possa servir de matéria-prima para o fabrico de outros materiais plásticos.

► **Solos descontaminados**

Por exemplo os solos descontaminados poderão servir de terras de cobertura nos aterros existentes na zona de influência do CIRVER, evitando a utilização de terras virgens.

► **Óleos**

Os óleos usados e outros hidrocarbonetos provenientes de algumas das unidades funcionais internas são tratados, retira-se a água, sedimentos e metais pesados, para que possam ter como destinos a regeneração e a reciclagem.

Concentrados para valorização energética

Em relação aos resíduos que efectivamente terão de ser enviados para tratamento térmico (co-incineração ou outro) tem-se verificado que também devido ao preço do petróleo as refinarias (grandes produtores de resíduos de hidrocarbonetos) têm afinado os seus processos de forma a aproveitarem o mais possível os hidrocarbonetos, gerando assim menos resíduos perigosos.

Nos CIRVER estima-se que os resíduos resultantes do pré-tratamento ali efectuado e que terão forçosamente de sofrer tratamento térmico correspondem a 10% dos resíduos entrados, ou seja cerca de 20000 toneladas por ano. Esta quantidade corresponde a apenas 8% do total dos RIP, o que demonstra claramente que com os CIRVER e a regeneração dos óleos e solventes, a co-incineração nas cimenteiras é uma solução muito pouco relevante no panorama do tratamento de RIP em Portugal.

Tendo em conta as novas tecnologias de tratamento térmico que têm vindo a ser desenvolvidas (pirólise, plasma, etc.), poderá surgir mesmo uma situação em que não será necessário de todo enviar RIP para as cimenteiras. Mas esta é uma situação a ser avaliada após a entrada em funcionamento dos CIRVER.

Face aos dados disponíveis sobre o potencial de RIP a co-incinerar (20000 toneladas) não se percebe como é que as cimenteiras da Secil e da Cimpor pediram licenças para co-incinerar 100000 toneladas. Estes pedidos só se podem entender se as cimenteiras quiserem queimar resíduos regeneráveis e/ou recicláveis como óleos e solventes ou resíduos que podem ser tratados nos CIRVER.

Algumas entropias ...

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro, que aprova o regime geral da gestão de resíduos, os CIRVER perderam o exclusivo da transformação dos resíduos industriais perigosos em combustível para queimar em cimenteiras (co-incineração) ou outras instalações (incineração). Com efeito, no número dois do artigo 22, essas operações de tratamento, "desde que exclusivamente físicas", podem ser realizadas "noutras instalações devidamente licenciadas para o efeito".

L. FERNANDES

Esta situação pode levar a várias situações negativas em termos ambientais e económicos. É importante que todos os RIP passem pelos CIRVER no sentido de se reduzir a quantidade destes a queimar ou enterrar, bem como reduzir a sua perigosidade, por outro lado, o facto de existirem outras entidades a transformar RIP em combustível pode pôr em causa a sustentabilidade económica dos CIRVER que foram pensados com base numa série de pressupostos, nomeadamente legais, que garantiam até então a exclusividade deste tipo de tratamento.

A Quercus já tinha alertado para o problema das acessibilidades no seu parecer sobre o EIA dos CIRVER em 2006. Só o trajecto que prevê a passagem pela ponte de Constância dá garantias de segurança, uma vez que todos os outros trajectos alternativos obrigam ao atravessamento de povoações acarretando riscos e incómodos inaceitáveis.

Contudo, esta travessia encontra-se actualmente classificada pelas Estradas de Portugal (EP) com o nível de risco 4, sendo que o nível 5 significa pré-ruína, tendo sido interditada a circulação de veículos com um peso superior a 15 toneladas pelas Câmaras Municipais de Constância e Vila Nova da Barquinha.

Não conseguindo impedir a concretização da construção dos CIRVER, o Governo resolveu legislar no sentido de condicionar o funcionamento destas unidades a um regulamento. Esta situação é de todo inédita, porque não existe essa figura para mais nenhuma operação de tratamento de resíduos, como sejam a co-incineração nas cimenteiras (concorrentes dos CIRVER), o tratamento de resíduos hospitalares perigosos ou o aterro de resíduos industriais e urbanos, entre outros.

No caso dos CIRVER, esse regulamento é ainda mais estranho, uma vez que surge depois de ser emitida a licença ambiental a qual já estabelecia as condições de funcionamento destas unidades industriais, não se percebendo à partida qual a sua utilidade.

Mas essa incógnita ficou mais tarde esclarecida com a nomeação de três elementos da extinta Comissão Independente da Co-incineração para a elaboração do referido regulamento.

Trata-se de pessoas que sempre defenderam que a grande maioria dos resíduos deveria de ser queimada, inclusivamente os resíduos recicláveis como os óleos e os solventes, não sendo pois de esperar destas pessoas outra coisa que não seja o levantamento de dificuldades à laboração dos CIRVER.

Torna-se pois evidente que o Governo quer através deste regulamento dificultar a vida aos CIRVER e obrigar a que muitos resíduos perigosos acabem nas cimenteiras, quando se podia perfeitamente evitar a sua queima.

Do ponto de vista da Quercus, a questão das acessibilidades deve ser resolvida, o mais rapidamente possível pelo Governo. Não se compreende e não se pode aceitar que passados mais de 4 anos da publicação do Decreto-Lei n.º 3/2004 que o Governo não tenha programado, através dos respectivos Ministérios, a construção de todos os acessos necessários para o transporte seguro, para o ambiente e populações, da quase totalidade dos resíduos industriais perigosos produzidos no país bem como muitos dos passivos em causa.

Referências

CIVER SISAV – Estudo de Impacte Ambiental (Resumo Não Técnico)
Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro de 2006
Decreto-Lei n.º 3/2004, de 3 de Janeiro de 2004
Estudo de Impacte Ambiental do Centro Integrado de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos Perigosos (Resumo Não Técnico) – CIRVER ECODEAL
Estudo de Inventariação de Resíduos Industriais Relatório Síntese, Instituto dos Resíduos, 2003
http://residuos.quercus.pt
Resolução do Conselho de Ministros n.o 39/2007, de 5 de Março de 2007

Destaque

A Convenção de Albufeira

Partilha de rios ibéricos

Portugal partilha com Espanha 5 bacias hidrográficas: Minho, Lima, Douro, Tejo e Guadiana, as quais cobrem cerca de 65% do território nacional. Situado a jusante, Portugal tem de suportar as alterações nos regimes de caudais e na qualidade da água provocadas pela utilização de água na vizinha Espanha.

Sandra Oliveira

A necessidade de preservar a qualidade dos rios ibéricos e gerir a variedade de interesses de ambos os países, exigiu o estabelecimento de acordos bilaterais que promovem a cooperação e a partilha sustentável destes rios.

Em 1964 foi estabelecido um acordo para o aproveitamento hidroeléctrico dos troços internacionais do rio Douro e dos seus afluentes. Em 1968, foi a vez do aproveitamento hidráulico dos troços internacionais dos rios Minho, Lima, Tejo, Guadiana, Chança e seus afluentes ser regulado num convénio.

O acordo bilateral mais recente e actualmente em vigor é a Convenção sobre a Cooperação para a Protecção e o Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas, que foi assinada em Albufeira a 30 de Novembro de 1998, sendo por isso conhecida como Convenção de Albufeira. Este acordo entrou em vigor em Janeiro do ano 2000 e prevê um período de vigência de 7 anos, automaticamente prorrogável por 3 anos.

A Convenção regula a protecção e aproveitamento sustentável das águas dos rios partilhados, estabelecendo que as partes devem proceder ao inventário, avaliação e classificação das águas transfronteiriças e têm responsabilidade sobre a prevenção e controle da poluição. Para além disso, é estabelecido o direito mútuo de usufruto dos recursos hídricos (numa perspectiva de aproveitamento sustentável) e a responsabilidade de cada país aplicar medidas destinadas a prevenir, mitigar, controlar ou eliminar os impactes transfronteiriços que a utilização da água possa causar. A permuta de informação é outra disposição fundamental, estabelecendo que as partes devem proceder a troca de informação, de forma regular e sistemática, sobre a gestão das bacias hidrográficas e sobre as actividades susceptíveis de causar impactes transfronteiriços, para além de terem que disponibilizar informação ao público. Estabelece também alguns mecanismos excepcionais a aplicar em situações de cheias, secas e escassez de água.

Para além disso, a Convenção define o regime de caudais para cada um dos rios (com excepção do rio Lima), determinando um limite mínimo de fluxo de água que deve passar de Espanha para Portugal, com base nas características naturais das bacias hidrográficas, na necessidade de água para garantir um bom estado ecológico e os usos actuais e previsíveis, nas infraestruturas existentes e nas disposições dos convénios anteriores. No entanto, em caso de seca ou escassez (medida a partir da percentagem de precipitação ocorrida entre Outubro e Junho, em relação à média acumulada para o mesmo período), abre-se uma situação de excepção e estes limites não têm que ser cumpridos por Espanha (Tabela 1).

O acordo prevê ainda a criação da Conferência das Partes e da Comissão para Aplicação e Desenvolvimento da Convenção, a qual é constituída por vários grupos de trabalho (GT), correspondentes aos diversos assuntos regulados pelo acordo: GT Regime de caudais, secas e situações de emergência, GT Permuta de informação, GT Segurança de infraestruturas e cheias e GT Directiva-Quadro da Água e Qualidade da Água, para além de uma subcomissão sobre Participação Pública.

A Quercus, e outras ONGA, têm acompanhado a aplicação da Convenção de Albufeira, a qual tem apresentado diversas falhas, nomeadamente ao nível da transparência e partilha de informação entre as partes e disponibilização ao público e ao nível da definição de caudais ecológicos, sem os quais Portugal era prejudicado. Em Fevereiro de 2008, na Conferência das Partes realizada em Madrid, foi finalmente aprovada uma proposta de Emenda à Convenção de Albufeira referente ao regime de caudais e que estabeleceu caudais trimestrais e semanais para as diversas bacias hidrográficas. A definição de caudais trimestrais e semanais mínimos assegura, assim, a manutenção do caudal ecológico ao longo do ano e a transferência de água para Portugal adequada às características sazonais. Relativamente à permuta de informação, a entrada em funcionamento (em pleno) do website da Convenção (www.cadc-albufeira.org) em finais de 2007 foi um passo em frente, mas em relação às actividades que podem causar impactes transfronteiriços nas bacias hidrográficas, a disponibilização da informação tem sido mais dificultada, como é o caso da Refinaria Balboa, na Extremadura Espanhola, na bacia hidrográfica do Guadiana, cujo processo de participação pública decorreu recentemente, sem que as ONGA portuguesas tivessem sido notificadas adequadamente.

A partilha de rios ibéricos continua a ser tema de destaque. Na Expo Saragoça 2008, que se realiza entre Junho e Setembro, a participação portuguesa tem como tema principal as 3 bacias hidrográficas partilhadas mais importantes do país: Douro, Tejo e Guadiana. A exigência da Directiva-Quadro da Água de atingir um bom estado ecológico das águas, a intensificação dos usos da água dos rios, incluindo a construção de infraestruturas hidráulicas, e os potenciais impactes das alterações climáticas nestes recursos são os principais desafios para a gestão das bacias hidrográficas luso-espanholas, elementos fundamentais para o ambiente, a economia e a sociedade de ambos os países.

Tabela 2

Volume total armazenado nas albufeiras de referência (hm³)	Precipitação de referência acumulada desde o início do ano hidrológico (01/10 até 01/03)	
	Superior a 65% do valor médio da precipitação de referência acumulada	Inferior a 65% do valor médio da precipitação de referência acumulada
> 4000	600	400
3150 - 4000	500	300
2650 - 3150	400	excepção
< 2650	excepção	excepção

Tabela 2 – Caudal integral anual e excepções na secção do açude de Badajoz, bacia do Guadiana (hm³)

IDALINA PERESTRELO

HÉLDER SPÍNOLA

Tabela 1

Bacia Hidrográfica	Estação de monitorização	Caudal integral anual (hm³)	Excepção
Minho	Barragem da Frieira	3700	Precipitação inferior a 70%
Douro	Barragem de Miranda	3500	Precipitação inferior a 65%
	Barragem de Saucelle e estação hidrométrica Águeda	3800	
	Barragem de Crestuma	5000	
Tejo	Barragem de Cedillo	2700	Entre Outubro e Abril Precipitação inferior a 60% ou precipitação inferior a 70% quando precipitação do ano hidrológico anterior for inferior a 80% da média
	Ponte de Muge	4000	
Guadiana	Açude de Badajoz	Caudal médio diário de 2 m³/s	Ver tabela 2
	Pomarão		

Tabela 1 – Regime de caudais definidos na Convenção de Albufeira

Bacias hidrográficas partilhadas por Portugal e Espanha

Fonte: Relatório Hidrometeorológico e Regime de Caudais da Convenção de Albufeira (Maio 2006)

Madressilva

"Madressilvas floridas, que fascínio de odores! Inspiração dos deuses, razão deste madrigal, Gáudio da Natureza, tributo do belo às flores, exaltação honorífica da felicidade em festival."

(in: http://www.luso-poemas.net)

Andreia Gama

WWW.FORESTWANDER.COM

► *As Madressilvas são plantas trepadeiras lenhosas, umas decíduas e outras perenes, que se apoiam noutras plantas ou muros, com flores em forma de campainhas, delicadas e perfumadas*

A Primavera caracteriza-se por uma explosão de cores e perfumes, onde a Madressilva também tem o seu lugar de destaque na paleta juvenil.

As Madressilvas pertencem às Caprifoliaceae, família de média dimensão, com uma grande área de distribuição, embora ausente na maior parte de África e América do Sul. São plantas trepadeiras lenhosas, umas decíduas e outras perenes, que se apoiam noutras plantas ou muros, com flores em forma de campainhas, delicadas e perfumadas.

Em Portugal poderemos encontrar quatro espécies distintas, sendo três nativas – madressilva-das-boticas (*Lonicera peryclimenum* L.), madressilva-caprina (*Lonicera etrusca* Santi) e madressilva (*Lonicera implexa* Aiton), e uma espécie oriunda da Ásia Oriental e introduzida nos nossos jardins – madressilva-do-japão (*Lonicera japonica* Thunb.). Esta última espécie foi considerada invasiva nos Estados Unidos e Nova Zelândia.

O termo Lonicera respeitante ao nome científico das Madressilvas (referente ao género) foi adaptado ao latim por Carl Linné, como homenagem ao médico e botânico alemão Adam Lonitzer. A palavra Madressilva terá surgido na época medieval, quando a palavra madre já se tinha tornado corrente, sendo silva o significado de "vegetação bravia". Hoje em dia é muito utilizada como planta ornamental devido às suas belas e perfumadas flores.

Neste artigo iremos debruçar-nos apenas sobre a Madressilva (*Lonicera implexa* Aiton), que com o seu perfume atrai as borboletas nocturnas que asseguram a sua polinização.

As fragrantes flores da Madressilva crescem num arbusto trepador, de folha perene, que pode atingir até dois metros de altura. Os caules são lenhosos e as terminações são multi-ramificadas. As suas flores crescem em grupos de dois a seis, parcialmente envolvidas por folhas. Poderemos descrever as flores como tubos cor-de-rosa abertos por pequenas pétalas brancas. Igualmente envolvidas pelas folhas encontramos as suas bagas vermelhas, as quais são tóxicas, sendo os vómitos e diarreias os sinais mais evidentes da sua imprudente ingestão.

JEANTOSTI.COM/FLEURS/CHEVREFEUILLE.HTM

► *Madressilva (Lonicera implexa* Aiton*)*

JEANTOSTI.COM/FLEURS/CHEVREFEUILLE.HTM

► *Madressilva-caprina (Lonicera etrusca* Santi*)*

WWW.APINGUELA.COM/

► *Madressilva-das-boticas (Lonicera peryclimenum* L.*)*

FACULTY.ETSU.EDU/MCDEOWELT

► *Madressilva-do-japão (Lonicera japonica* Thunb.*)*

É uma planta muito frequente nas regiões mediterrânicas, sendo que em Portugal é frequente nas regiões Centro e Sul, e numa região mais restrita do Nordeste transmontano, junto ao rio Douro. Como habitat, a Madressilva prefere matagais, orla de bosques, terrenos baldios e montanhas de baixa altitude.

No que respeita às suas características medicinais atribui-se às suas flores e folhas propriedades anti-sépticas, diuréticas, adstringentes e laxativas.

Aqui fica a sugestão para embelezar e perfumar o seu jardim: porque não a Madressilva? Com esta planta é possível decorar muros, colunas, redes, etc. Caso encare esta escolha para um jardim é certo que as borboletas irão aparecer.

Ficha técnica

Família: Caprifoliaceae
Género: Lonicera
Espécie: *Lonicera implexa* Aiton
Nome vulgar: Madressilva, Madressilva - entrelaçada
Época de floração: Abril - Agosto.
Descrição: arbusto trepador, perenifólio, de caule flexível, lenhoso, e folhas opostas, que pode atingir até os 2 metros de altura (raramente atinge alturas superiores).
Folhas: simples, coriáceas, elípticas a obovadas, oposto-cruzadas, verde-escuras brilhante na página superior e verde pálido na página inferior, podem ter até 80 mm de comprimento; folhas imediatas à floração (folhas distais) adunadas (aderentes duas a duas, de modo a constituírem uma só), geralmente revolutas na margem, esverdeadas e sem pecíolo.
Flores: tubos rosados, até 45 mm de comprimento, abrindo em pequenas pétalas brancas, hermafroditas (apresentam elementos reprodutores dos dois sexos), pentâmeras, reunidas em glomérulos (cimeira multiflora, muito contraída, frequentemente globosa ou sub-globosa), terminais sésseis.
Fruto: baga avermelhada (tóxica).
Habitat: matagais esclerófilos, matagais densos, orla de bosques, terrenos baldios e montanhas de baixa altitude
Distribuição: frequente nas regiões mediterrânicas, em Portugal no Centro e Sul, Nordeste transmontano junto ao rio Douro e nos Açores.
Curiosidades: Consta que a Madressilva era uma das plantas predilectas de Shakespeare, estando o seu nome em inglês – honeysuckle – relacionado com o seu perfume doce. Em França, denomina-se por Chèvre Feuille, acreditando-se que se se construir uma casa no lugar onde nasceu uma Madressilva, aquela será robusta.

A várzea de Loures

Outrora uma pequena vila na chamada "zona saloia", Loures é hoje sede do quinto concelho mais populoso de Portugal. Apesar do forte crescimento urbanístico que se tem verificado nesta zona, ainda é possível encontrar alguns bons locais para observar aves selvagens.

Gonçalo Elias

GONÇALO ELIAS

GONÇALO ELIAS

▶ *O Paul da Granja tem mais de 300 metros de extensão, contendo ainda boas manchas de caniço e tábua, e alberga habitualmente uma diversidade considerável de aves aquáticas*

O concelho de Loures estende-se desde Moscavide, às portas de Lisboa, para norte até Santa Iria da Azóia, depois para noroeste passando por Bucelas e para sul até Santo António dos Cavaleiros e Frielas. Este concelho é bastante rico em aves, em parte devido ao facto de se situar na margem do Tejo (este concelho abrange o chamado "Parque do Tejo", situado na extremidade norte do Parque das Nações). Contudo, e apesar do especial interesse do Parque do Tejo para a observação de aves, este é um local que actualmente não suscita grandes preocupações a nível de conservação e que é utilizado por um grande número de aves aquáticas, sobretudo no Outono e no Inverno. Pelo contrário, na parte "interior" concelho de Loures existem diversos outros locais e habitats menos conhecidos mas que se encontram numa situação bastante mais frágil e que requerem alguma atenção. Assim, no presente texto abordar-se-á a zona conhecida por "várzea de Loures", que compreende o vale do rio de Loures, até ao seu limite oriental do concelho, onde ele desagua no rio Trancão.

Na várzea de Loures, existem diversos habitats agrícolas e urbanos, cada qual com a respectiva avifauna. O principal destaque vai para três pequenos pauis que, apesar do seu avançado estado de degradação (causada pela existência de lixo e entulho e pela pressão urbanística envolvente), ainda albergam diversas espécies de aves aquáticas, sendo actualmente um dos locais mais próximos de Lisboa para observar diversas espécies de aves.

As zonas urbanas

Embora não sendo o habitat mais interessante do ponto de vista da conservação da natureza, a malha urbana é utilizada por diversas espécies de aves. Para além do clássico e ubíquo pardal-comum, são de referir a rola-turca (que nidifica no Bairro do Fanqueiro) e a andorinha-dos-beirais (desta espécie existem várias dezenas de ninhos na Urbanização do Infantado). As zonas verdes, como pequenos jardins públicos ou avenidas arborizadas, são utilizadas pelo chamariz e pelo verdilhão. Já o rabirruivo-preto, que não é especialmente comum nesta região do país, pode ser ouvido a cantar, especialmente nos estaleiros dos prédios que estão em construção – possivelmente aproveita as cavidades existentes nas estruturas para aí nidificar. Outras espécies que se aproveitam dos estaleiros são o estorninho-preto, o peneireiro-vulgar e o mocho-galego – todas estas espécies já foram vistas a pousar nas gruas das obras!

GONÇALO ELIAS

Os terrenos agrícolas

Uma parte substancial da várzea de Loures encontra-se classificada como RAN (Reserva Agrícola Nacional) e esse facto tem permitido que alguns terrenos tenham permanecido por edificar até à presente data. Estes terrenos são frequentados por diversas espécies de aves terrestres, das quais se destaca a muito comum fuinha-dos-juncos, que durante a Primavera faz ouvir o seu canto cadenciado. Outros passeriformes que são comuns nestes habitats incluem o pintassilgo, o chamariz e o melro-preto, variando a abundância destas espécies com o tipo de vegetação e as culturas praticadas. Os andorinhões-pretos e os seus congéneres andorinhões-pálidos são frequentemente vistos a voar baixo sobre a várzea, especialmente ao fim da tarde, enquanto caçam insectos no ar. Na estação fria, as zonas agrícolas são frequentadas por rebanhos de ovelhas, aos quais se associam frequentemente inúmeras garças-boieiras e também algumas alvéolas-brancas. Por vezes, após períodos de precipitação mais ou menos intensa, estes terrenos ficam parcialmente encharcados, surgindo então diversas espécies de aves aquáticas, como a garça-real, a garça-branca-pequena, o pato-real e, mais raramente, a cegonha-branca, o pernilongo e o tartaranhão-ruivo-dos-pauis.

Os três pauis

Porventura os sítios mais interessantes do ponto de vista ornitológico são os três pequenos pauis existentes na várzea. São eles: o paul das Caniceiras, o paul do Tojal e o paul da Granja. Os três pauis situam-se ao longo da estrada nacional 115, a leste de Loures. Nenhum deles se encontra sinalizado.

O paul das Caniceiras fica a cerca de 2 km a leste da urbanização do Infantado. Neste existe uma mancha importante de vegetação aquática do tipo herbáceo, que é usada como refúgio por diversas espécies de aves aquáticas, entre elas a galinha-d'água e o galeirão. Entre os passeriformes, refira-se o rouxinol-bravo, que ocorre geralmente perto da água e nidifica nas zonas de vegetação mais densa. Este local é, por vezes, frequentado por algumas aves exóticas, como o tecelão-de-cabeça-preta e o bico-de-lacre.

O paul do Tojal, o mais pequeno dos três pauis, fica perto da localidade de Santo Antão do Tojal, em frente a uma fábrica de sebo denominada "Sebol". Apesar das suas reduzidas dimensões, este paul é frequentado pelo rouxinol-bravo e, na Primavera, pelo rouxinol-grande-dos-caniços. A vegetação densa também proporciona abrigo a aves aquáticas de maiores dimensões, como o pato-real e a galinha-d'água. Nas imediações existem alguns pequenos olivais, onde ao fim da tarde se pode ouvir o mocho-galego.

O paul da Granja é o maior, o mais acessível e também o mais interessante dos três. Fica junto à estrada municipal, mesmo à entrada da localidade da Granja, já no concelho de Vila Franca de Xira. Tem mais de 300 metros de extensão, contendo ainda boas manchas de caniço e tábua, e alberga habitualmente uma diversidade considerável de aves aquáticas, incluindo galeirões, galinhas-de-água, patos-reais, mergulhões-pequenos e garças-vermelhas (estas últimas são, provavelmente, oriundas da colónia existente no vizinho estuário do Tejo). Uma das especialidades do paul da Granja é o garçote, pequeno ardeídeo que desapareceu de algumas das principais zonas húmidas portuguesas mas que continua a poder ser visto neste pequeno paul. Outras espécies de aves aquáticas que aqui ocorrem com regularidade incluem o frango-d'água e o pernilongo. Entre as rapinas, para além dos habituais peneireiros é de referir o tartaranhão-ruivo-dos-pauis, que surge por vezes neste local. No Inverno podem ser vistos pequenos bandos de narcejas ou de garças-reais e, ocasionalmente, algum corvo-marinho-de-faces-brancas. As manchas de vegetação aquáticas são frequentadas pelo guarda-rios, pelo rouxinol-grande-dos-caniços e por pequenos bandos de bicos-de-lacre.

No conjunto, tendo em conta a proximidade à capital e a intensa pressão a que se encontra sujeita, pode dizer-se que a várzea de Loures proporciona oportunidades bastante interessantes para ver aves. Espera-se que estas pequenas zonas húmidas consigam resistir à intensa pressão urbana dos tempos modernos e possam continuar a servir de refúgio para a avifauna e, quem sabe, tornar-se mais conhecidas como local de observação de aves.

Legislação Ambiental

ÁGUA

• **DR 108 SÉRIE I de 2008-06-05**
Portaria n.º 393/2008 – MFAP; MAOTDR
Determina a sucessão das Administrações de Região Hidrográfica (ARH) no domínio dos recursos hídricos em todas as posições jurídicas tituladas pelas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)

• **DR 109 SÉRIE I de 2008-06-06**
Decreto Legislativo Regional n.º 17/2008/M – RAM - AL
Adapta à Região Autónoma da Madeira o regime a que fica sujeito o procedimento de delimitação do domínio público hídrico

• **DR 111 SÉRIE I de 2008-06-11**
Decreto-Lei n.º 97/2008 - MAOTDR
Estabelece o regime económico e financeiro dos recursos hídricos

• **DR 114 SÉRIE I de 2008-06-16**
Decreto-Lei n.º 100/2008 - PCM
Estabelece os procedimentos relativos ao destino a dar às áreas compreendidas no domínio público hídrico do Estado em relação a usos com este compatíveis, nos termos legais, ou quando deixem de estar afectas exclusivamente ao interesse público do uso das águas

• **DR 115 SÉRIE I de 2008-06-17**
Portaria n.º 426/2008 – MDN; MAOTDR
Considera praias marítimas as designadas como zonas balneares costeiras e praias fluviais e lacustres as designadas como zonas interiores

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA/FLORESTA/CAÇA

• **DR 89 SÉRIE I de 2008-05-08**
Portaria n.º 353/2008 - MADRP
Cria o Sistema de Aconselhamento Agrícola (SAA)
Portaria n.º 354/2008 - MADRP
Cria a zona de intervenção florestal de Sarzedas-Magarefa
Portaria n.º 355/2008 - MADRP
Cria a zona de intervenção florestal de Farvão
Portaria n.º 356/2008 - MADRP
Cria a zona de intervenção florestal de Cabeça Gorda

• **DR 91 SÉRIE I de 2008-05-12**
Portaria n.º 358/2008 - MADRP
Estabelece as medidas a aplicar a plantas e madeira em bruto de coníferas hospedeiras do nemátodo da madeira do pinheiro (NMP), originários do território de Portugal continental, destinados a transmissões intracomunitárias ou à exportação para países terceiros
Portaria n.º 359/2008 - MADRP
Cria a zona de intervenção florestal de Sarzedas-Magarefa
Portaria n.º 360/2008 - MADRP
Cria a zona de intervenção florestal de Monforte da Beira-Malpica do Tejo
Portaria n.º 361/2008 - MADRP
Cria a zona de intervenção florestal de Penha Garcia

• **DR 123 SÉRIE I de 2008-06-27**
Portaria n.º 545/2008 - MADRP
Aprova o Regulamento para o Funcionamento das Zonas de Caça Municipais

• **DR 124 SÉRIE I de 2008-06-30**
Portaria n.º 566/2008 - MADRP
Define que o período crítico no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, no ano de 2008, vigora de 1 de Julho a 15 de Outubro

ENERGIA/ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS/POLUIÇÃO DO AR

• **DR 91 SÉRIE I, 1º SUPLEMENTO de 2008-05-12**
Portaria n.º 361-A/2008 – MFAP; MEI; MADRP
Estabelece as regras de comercialização do gasóleo colorido e marcado e os respectivos mecanismos de controlo

• **DR 109 SÉRIE I de 2008-06-06**
Decreto Legislativo Regional n.º 16/2008/M – RAM - AL
Adapta à Região Autónoma da Madeira o Decreto-Lei n.º 363/2007, de 2 de Novembro, que estabelece o regime jurídico à produção de electricidade por intermédio de instalações de pequena potência, designadas por unidades de microprodução

• **DR 119 SÉRIE I de 2008-06-23**
Resolução da Assembleia da República n.º 22/2008 - AR
Prorrogação do prazo de vigência da Comissão Eventual para o Acompanhamento das Questões Energéticas

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

• **DR 79 SÉRIE I de 2008-04-22**
Decreto Legislativo Regional n.º 11/2008/M – RAM - AL
Define as condições de aplicação do Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma da Madeira até 2013

• **DR 82 SÉRIE I de 2008-04-28**
Resolução do Conselho de Ministros n.º 71/2008 - PCM
Confirma a aprovação preliminar da localização da terceira travessia do Tejo, no corredor Chelas-Barreiro, integrando as valências ferroviária (alta velocidade e convencional) e rodoviária, adoptando, em termos gerais, as conclusões e recomendações do relatório do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I. P., e determina as acções a desenvolver para a implementação do projecto

• **DR 85 SÉRIE I de 2008-05-02**
Resolução do Conselho de Ministros n.º 73/2008 - PCM
Ratifica a suspensão parcial do Plano Director Municipal de Nelas, pelo prazo de dois anos

• **DR 98 SÉRIE I de 2008-05-21**
Lei n.º 23/2008 - AR
Autoriza o Governo a aprovar um regime especial aplicável à expropriação e alienação de terrenos incluídos na área das plataformas logísticas que integram a Rede Nacional de Plataformas Logísticas

• **DR 99 SÉRIE I de 2008-05-23**
Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2008 - PCM
Ratifica a suspensão parcial do Plano Director Municipal de Benavente pelo prazo de dois anos

• **DR 100 SÉRIE I de 2008-05-26**
Resolução do Conselho de Ministros n.º 84/2008 - PCM
Ratifica a suspensão parcial do Plano Director Municipal de Vila Nova de Gaia pelo prazo de dois anos
Resolução do Conselho de Ministros n.º 85/2008 - PCM
Adopta, em termos gerais, as conclusões e recomendações do relatório ambiental elaborado pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I. P., no âmbito do procedimento de avaliação ambiental estratégica da análise técnica comparada das alternativas de localização do novo aeroporto de Lisboa e confirma a aprovação da localização do novo aeroporto de Lisboa na zona do Campo de Tiro de Alcochete
Decreto n.º 10/2008 - MAOTDR
Declara área crítica de recuperação e reconversão urbanística a zona antiga da cidade de Portimão, no município de Portimão, e concede a este município o direito de preferência, pelo prazo de 10 anos, nas transmissões a título oneroso, entre particulares, dos terrenos ou edifícios aí situados

• **DR 106 SÉRIE I de 2008-06-03**
Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2008 - PCM
Determina a realização de um conjunto de operações de requalificação e valorização de zonas de risco e de áreas naturais degradadas situadas no litoral, designado «Polis Litoral - Operações Integradas de Requalificação e Valorização da Orla Costeira»

• **DR 108 SÉRIE I de 2008-06-05**
Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/2008 - PCM
Determina a alteração do Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa para o Oeste e Vale do Tejo

• **DR 116 SÉRIE I de 2008-06-18**
Resolução do Conselho de Ministros n.º 95/2008 - PCM
Ratifica a suspensão parcial do Plano Director Municipal de Carregal do Sal pelo prazo de dois anos

• **DR 117 SÉRIE I de 2008-06-19**
Resolução do Conselho de Ministros n.º 96/2008 - PCM
Aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do concelho de Penedono

• **DR 120 SÉRIE I de 2008-06-24**
Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2008 - PCM
Ratifica a suspensão parcial do Plano Director Municipal da Chamusca, pelo prazo de dois anos

PESCA

• **DR 95 SÉRIE I de 2008-05-16**
Resolução do Conselho de Ministros n.º 79/2008 - PCM
Presidência do Conselho de Ministros
Cria a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Pesca (PROMAR)

• **Decreto-Lei n.º 80/2008 - MADRP**
Define o modelo de governação do Programa Operacional Pesca 2007-2013, designado por PROMAR

• **Decreto-Lei n.º 81/2008 - MADRP**
Estabelece o enquadramento nacional dos apoios a conceder ao sector da pesca no âmbito do Programa Operacional Pesca 2007-2013, designado por PROMAR

RESÍDUOS

• **DR 87 SÉRIE I de 2008-05-06**
Decreto-Lei n.º 78/2008 - MOPTC
Estabelece um regime transitório e excepcional, até ao dia 31 de Dezembro de 2008, para o cancelamento de matrículas de veículos que não disponham do certificado de destruição ou de desmantelamento qualificado

• **DR 91 SÉRIE I de 2008-05-12**
Decreto Legislativo Regional n.º 10/2008/A – RAA - AL
Aprova o Plano Estratégico de Gestão de Resíduos dos Açores – PEGRA

• **DR 111 SÉRIE I de 2008-06-11**
Portaria n.º 417/2008 - MAOTDR
Aprova os modelos de guias de acompanhamento de resíduos para o transporte de resíduos de construção e demolição (RCD)

OUTROS

• **DR 78 SÉRIE I de 2008-04-21**
Resolução da Assembleia da República n.º 15/2008 - AR
Riscos de inundações

• **DR 107 SÉRIE I de 2008-06-04**
Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2008 - PCM
Aprova o Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde (PNAAS) para o período de 2008-2013

Legenda
AR - Assembleia da República
MADRP - Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas
MAI - Ministério da Administração Interna
MAOTDR - Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional
MDN – Ministério da Defesa Nacional
MCTES - Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
MEI - Ministério da Economia e da Inovação
MFAP – Ministério das Finanças e Administração Pública
MNE - Ministério dos Negócios Estrangeiros
MOPTC - Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações
MS – Ministério da Saúde
MTSS - Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
PCM - Presidência do Conselho de Ministros
PR – Presidência da República
RAA - AL - Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa
RAA - PG - Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo
RAA – SGAM – Região Autónoma dos Açores – Secretaria Geral do Ambiente e do Mar
RAM - AL – Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

DIÁRIO DA REPÚBLICA

Fonte: Diário da República Electrónico Sumários (http://dre.pt/)

Leitura ecológica

"O Priolo e a floresta natural de altitude"

A problemática da conservação de uma das espécies de passeriformes endémicas mais raras do mundo, restrita a fragmentos de floresta de altitude na ilha de S. Miguel, revista num livro que analisa diferentes aspectos do Priolo e da sua conservação.

O Livro "O Priolo e a floresta natural de altitude", da autoria de Jaime Albino Ramos, conta ainda com a participação de outros especialistas em ecologia de vegetação dos Açores e em conservação de aves, e é publicado pela Câmara Municipal do Nordeste.

Este livro pode ser adquirido através da: **Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves - www.spea.pt**
Preço: 10,00€ (sócio da SPEA); 15,00€ (não sócio)
Taxa de envio: 1,25€

internet Links

Sabor Livre – A Plataforma Sabor Livre é constituída pelas ONGAs Quercus, GEOTA, SPEA, LPN, FAPAS e Olho Vivo e tem como objectivo impedir a construção da barragem do Baixo Sabor.
A Plataforma Sabor Livre opõe-se à construção da barragem do Baixo Sabor porque o Baixo Sabor possui um valor ecológico único e insubstituível. Nesta área ocorre uma flora e vegetação de características ímpares em Portugal, onde se destacam as particulares comunidades associadas aos leitos de cheias. No vale do Sabor surgem também os mais extensos e bem conservados azinhais e sobreirais de Trás-os-Montes, e a presença de substratos calcários e ultrabásicos permite a ocorrência de um elevado número de endemismos. Esta área apresenta ainda uma elevada diversidade de habitats (20 incluídos na Directiva Habitats, dos quais 3 são considerados de conservação prioritária). A importância desta área é atestada pela qualificação de parte do seu troço na Rede Natura 2000.
http://www.saborlivre.org/

A AGROBIO – Associação de Agricultura Biológica
Fundada em 1985, a AGROBIO protagoniza, desde então, a defesa e o desenvolvimento da Agricultura Biológica em Portugal. Reunindo cerca de 4 000 associados, entre consumidores, agricultores e transformadores ou comerciantes, repartidos pelos mais diversos grupos etários e com as profissões mais variadas, esta associação tem granjeado uma merecida reputação, tanto no seio das entidades oficiais como no público em geral. O símbolo da joaninha, sua imagem de marca, já se tornou familiar para uma boa parte dos consumidores como sinónimo de produto de qualidade, sem pesticidas e amigo do ambiente.
http://www.agrobio.pt/

Liga Portuguesa dos Direitos do Animal (LPDA)
A Liga Portuguesa dos Direitos do Animal é uma Associação de Utilidade pública, sem fins lucrativos, de Âmbito Nacional e foi fundada em 1981 com o objectivo de promover o bem-estar animal.
A difusão de informação sobre os animais, em especial os animais de companhia, a promoção de exposições e colóquios, e o encaminhamento correcto de queixas sobre maus tratos aos animais são algumas das áreas de actuação desta associação.
http://www.lpda.pt/

Conselho ambiental

Turismo sustentável – o nosso contributo

IDALINA PERESTRELO

O debate em torno do que permite classificar determinado destino ou empreendimento turístico como sustentável está instalado. O cuidado especial no uso dos recursos naturais (água, energia, resíduos), na forma como se promovem os produtos locais e as tradições e cultura da região, a localização do empreendimento e a forma como se enquadra na paisagem e promove os valores naturais locais, são apenas alguns dos aspectos que podemos ter em conta.

Para que a escolha se torne mais simples existem alguns rótulos e certificações que indicam os cuidados que um dado empreendimento ou serviço turístico tem com o ambiente, sendo já frequente que a este cuidado seja igualmente associado o cuidado com os aspectos sociais. A título de exemplo é possível apontar o rótulo ecológico europeu, uma iniciativa da União Europeia ou o sistema BIOSPHERE, um galardão atribuído pela organização internacional "Instituto de Turismo Responsável (ITR)", que está associado à UNESCO e à Organização Mundial de Turismo.

Rótulo Ecológico Europeu

Infelizmente não é fácil encontrar alojamentos que alberguem estas distinções, particularmente em Portugal. Contudo, há muito que podemos fazer durante as férias e escapadinhas para estimular um turismo mais sustentável. Desde logo:
Perguntar se têm alguma certificação na área do ambiente; peça informação sobre os aspectos que foram analisados e procure saber como poderá contribuir durante a sua estadia
Se não estiverem certificados, podemos utilizar os inquéritos à satisfação do cliente para sugerir coisas tão simples como:
- ▶ Mudar os atoalhados e a roupa de cama apenas quando o cliente o desejar
- ▶ Instalar água quente solar
- ▶ Promover a reutilização de águas (por exemplo para as regas de jardim)
- ▶ Instalar redutores de caudal
- ▶ Utilizar doseadores e não embalagens individuais (champô e gel de banho)
- ▶ Utilizar produtos biológicos e/ou locais e/ou do comércio justo
- ▶ Utilização de produtos com o rótulo ecológico (por exemplo na roupa de cama e nos atoalhados)
- ▶ Evitar a disponibilização de produtos alimentares em embalagens individuais (mel, doces, manteiga, açúcar, cereais, entre outros)
- ▶ Disponibilizar informações sobre transportes públicos
- ▶ Disponibilizar ecopontos acessíveis

E claro, assegurar que os cuidados que temos habitualmente com o ambiente não são esquecidos durante o período de férias. Lembre-se que, com muita frequência, os locais de férias são particularmente sensíveis em termos ambientais e de grande beleza, pelo que todo o cuidado é pouco. Susana Fonseca

Cultivo de Plantas Aromáticas e Medicinais (PAM)

Uma alternativa para a agricultura tradicional?

Luís Alves

Desta minha experiência, entristece-me o facto de verificar que nos últimos 10 anos muito pouco em termos práticos e concretos foi ainda feito para que a produção de PAM em Portugal possa ser uma realidade equivalente à de outros países, como sejam a vizinha Espanha, onde a sua cultura, transformação e comercialização já representam uma indústria que mobiliza milhões de euros anualmente.

Aos agricultores deverão ser divulgadas urgentemente todas as informações úteis, que entretanto foram sendo reunidas para que a produção e comercialização de PAM se possa tornar uma realidade no nosso país, de forma a aproveitar o próximo quadro comunitário, para que novos projectos possam ser apresentados e postos em prática.

A experiência de outros países produtores deve ser avaliada, para que não se repitam erros que podem ser evitados, e se aproveitem os conhecimentos acumulados.

A produção de PAM apresenta diversas vantagens no nosso país: reunimos condições edafo-climáticas óptimas, que poderão levar à produção de plantas com elevados teores em óleos essenciais, factor determinante para a sua exportação para países que já apresentam legislação específica para a sua comercialização. É essencial reunir todas as condições para que as matérias-primas sejam produzidas de acordo com as exigências dos países consumidores, ou seja, deve ser legislado e posto em prática o cumprimento das normas pré-estabelecidas.

O número de jovens agricultores tem vindo a decrescer nos últimos anos, as pessoas estão gradualmente a abandonar a agricultura e o mundo rural está a tornar-se um vazio, com uma população demasiado envelhecida. Esta é uma forma de agricultura alternativa aos sistemas de agricultura tradicional, que se poderá traduzir na fixação de pessoas no espaço rural, que é crucial, sendo que práticas agrícolas alternativas, com mercados organizados e bem definidos, serão agentes motivadores e fixadores das populações, bem como criadores de riqueza essencial para o bem estar destas comunidades.

As características familiares das pequenas e médias explorações e a forma de exploração da terra também se ajustam à sua produção, pois não serão necessárias grandes áreas, nem a utilização de máquinas muito complexas, ou a instalação de monoculturas intensivas de determinada planta. Várias plantas poderão ser produzidas ao mesmo tempo em pequenas/médias áreas (1 hectare), aproveitando o agricultor recursos que já possui, como por exemplo a eira, o palheiro, o espigueiro, para efectuar a secagem das plantas, o motocultivador ou pequeno tractor para efectuar operações de mobilização e até de corte de plantas, etc.

A sua exploração deve ser feita utilizando as práticas da agricultura biológica, essenciais para a obtenção de um produto final isento de substâncias nocivas, uma vez que grande parte destes estarão directamente associados ao bem estar humano, encontrando-se os consumidores cada vez mais exigentes, vão querer certificar-se de que os produtos são de proveniência fiável.

LUÍS ALVES

▶ *Jovem plantação de Limonete (Aloysia*

LUÍS ALVES

▶ *Campo de Hortelã-pimenta (Mentha piperita)*

Os estudos existentes demonstram que a maior parte destas plantas, por serem rústicas e facilmente adaptáveis, são resistentes a pragas e doenças, não representando por isso mais um motivo de preocupação por eventuais perdas significativas relativas à sua incidência.

Uma produção sistemática e organizada contribuirá para que a apanha desorganizada de plantas espontâneas diminua ou desapareça, já que há muitos casos em que povoamentos inteiros de certas regiões do país estão a desaparecer progressivamente, pela intensidade da sua recolha, podendo mesmo contribuir para o desaparecimento total de determinadas espécies. A exploração dos recursos espontâneos é uma mais valia para as populações locais, mas deve ser efectuada de forma criteriosa e ordenada, nunca pondo em risco as plantas e a biodiversidade dos recursos disponíveis.

A facilidade de conservação das matérias-primas é outra das grandes vantagens, pois muitas das plantas são comercializadas em seco, podendo passar grandes períodos armazenadas sem que isso resulte numa perda de qualidade. Garantir uma secagem eficiente após a colheita será muito importante pois dela vai depender o preço e a qualidade do produto final.

Se as condições anteriormente descritas forem reunidas, as matérias-primas produzidas tornam-se competitivas no mercado internacional, podendo inclusive atingir um valor comercial superior ao de outros países. Outro factor que se prende com a produção de PAM, é a diversidade de indústrias consumidoras, tais como a da farmacêutica, com produtos convencionais, homeopáticos, veterinários e outros, a da perfumaria, a da cosmética, a alimentar, e outras, em menor escala, que absorvem grandes quantidades de determinadas plantas, como sejam o hipericão, a hortelã-pimenta e o limonete.

Por fim interessa saber que plantas produzir, e quais os custos de produção inerentes à rentabilidade esperada.

Existem já alguns dados agronómicos, farmacológicos e económicos de algumas plantas, das quais importa salientar o Limonete (*Aloysia triphylla*); Hortelã-pimenta (*Mentha piperita*); Hortelã-vulgar (*Mentha spicata*); Erva-cidreira (*Melissa officinalis*); Tomilho-limão (*Thymus x citriodorus*); e outras, considerando a sua procura no mercado e importância económica.

Muitas outras tem igualmente um enorme potencial, sendo necessário efectuar e tornar disponíveis estudos semelhantes, bem como realizar uma prospecção de mercado no sentido de averiguar quais as reais necessidades.

Perante este cenário, é importante reconhecer que a produção de PAM em Portugal já está atrasada, que pode ser uma importante forma de agricultura alternativa, rentável a curto/médio prazo, assim haja vontade e empenho de todos aqueles que podem e devem contribuir para o processo produtivo.

Esta é uma forma de agricultura alternativa aos sistemas de agricultura tradicional, que se poderá traduzir na fixação de pessoas no espaço rural

LUÍS ALVES

▶ *Colheita de Hortelã-pimenta (Mentha piperita)*

Mais informações:
Quinta do Paço, Rua do Meiral, 508
4400-501 Canidelo – Vila Nova de Gaia
E-mail:
geral@cantinhodasaromaticas.pt

Assembleia do Núcleo Regional de Castelo Branco

Dia 27 de Setembro de 2008, pelas 15h00, no Instituto Português da Juventude de Castelo Branco.

Nos termos dos respectivos Estatutos, convocam-se todos os sócios da Quercus – ANCN, pertencentes à área geográfica do Núcleo Regional de Castelo Branco, para reunirem em Assembleia de Núcleo, a realizar dia 27 de Setembro de 2008, pelas 15h00, no IPJ sito na Rua Dr. Francisco José Palmeiro, 6000-230 Castelo Branco, com a seguinte ordem de trabalhos:

1- Apreciação e votação do Relatório de Actividades e Contas de 2007;
2- Apreciação e votação do Plano de Actividades e Orçamento de 2008;
4- Deliberação sobre outros assuntos de interesse para o núcleo.

Nomeia-se o sócio João Carlos Rascão David para presidir à Mesa da Assembleia de Núcleo.

Caso não se encontrem presentes mais de metade dos sócios com direito a voto à hora marcada, a Assembleia reunirá 30 minutos depois, com qualquer número de sócios.

Castelo Branco, 01 de Julho de 2008

O Presidente da Direcção Nacional

Hélder Spínola

Assembleia do Núcleo Regional da Madeira

Dia 12 de Setembro de 2008, pelas 19h00, na Sede do Núcleo (no Centro de Educação Ambiental de Machico).

Nos termos dos respectivos Estatutos, convocam-se todos os sócios da Quercus – ANCN, pertencentes à área geográfica do Núcleo Regional da Madeira, para reunirem em Assembleia de Núcleo, a realizar dia 12 de Setembro de 2008, pelas 19h00, na sede do núcleo, Centro de Educação Ambiental de Machico, sito Largo da Praça, Mercado Municipal - Machico, com a seguinte ordem de trabalhos:

1- Apreciação e votação do Relatório de Actividades e Contas de 2007;
2- Apreciação e votação do Plano de Actividades e Orçamento de 2008;
4- Deliberação sobre outros assuntos de interesse para o núcleo.
Nomeia-se a sócia Idalina Perestrelo para presidir à Mesa da Assembleia de Núcleo.

Caso não se encontrem presentes mais de metade dos sócios com direito a voto à hora marcada, a Assembleia reunirá 30 minutos depois, com qualquer número de sócios.

Madeira, 15 de Julho de 2008

O Presidente da Direcção Nacional

Hélder Spínola

Mais Notícias com a nova "newsletter" da Quercus-ANCN

Com o objectivo de proporcionar mais informação aos associados e simpatizantes da Quercus tem sido editado já há algum tempo o "Boletim Quercus". Esta edição semanal está associada ao site da Quercus e é simples de subscrever, basta registar o endereço de e-mail em www.quercus.pt.

Pagamento de Quotas

A Direcção Nacional apela a todos os associados para regularizarem o pagamento de quotas em atraso.
O pagamento pode ser efectuado em cheque ou vale postal ou ainda por transferência bancária (neste caso contacte primeiro a Gestão de Sócios para mais informações). Mais se informa que em 2008 as quotas manterão o mesmo valor de 2007.
Para qualquer esclarecimento contactar ***Gestão de Sócios através do e-mail****: gestaosocios@quercus.pt*

Mecenas:
Brisa
vodafone
bp
Águas de Portugal
Labesfal Genéricos
Apoio:
Montepio

Fotocopie e envie para QUERCUS A.N.C.N. – Apartado 230 • 7801-903 Beja

QUERCUS – Associação Nacional de Conservação da Natureza
Gestão de Sócios: Apartado 230 • 7801-903 Beja
E-mail: quercusbeja@netc.pt • Telf.: 284 321 326
Núcleos: Algarve • Aveiro • Beja e Évora • Braga • Bragança • Castelo Branco • Coimbra e Viseu • Cova da Beira/Covilhã • Funchal/Madeira • Guarda • Lisboa • Litoral Alentejano • Ribatejo e Estremadura • Portalegre • Porto • Setúbal • S. Miguel/Açores • Ilha Terceira • Viana do Castelo • Vila Real

A preencher pela QUERCUS
Estatuto Sócio
Núcleo / Data

Boletim de Admissão a Sócio

Nome
Sexo (F/M)
Morada
Localidade C.P. -
Concelho Distrito País
Telefone Fax E-Mail
BI nº Data Nasc. / / Nacionalidade
Profissão
Data Assinatura

QUOTA mínima anual – Até 16 anos: 8 Euros • Estudantes (até aos 25 anos): 13 Euros • Adultos: 20 Euros • Colectivos: 45 Euros
Forma de Pagamento: Numerário, Cheque/Vale Postal nº _____ Banco _____ Valor _____
A preencher pela QUERCUS Recebido – núcleo / CEA / etc. Receptor da Inscrição

Quercus ambiente

Ficha Técnica

Propriedade: Quercus – Associação de Conservação da Natureza
Morada: Centro Associativo do Calhau • Bairro do Calhau • 1500-045 Lisboa
Telefone: 21-778 84 74 • **Fax:** 21-778 77 49
E-mail Quercus Ambiente: jornal@quercus.pt
Site Quercus: www.quercus.pt
Director: Helder Spínola
Coordenador de produção: Susana Fonseca
Direcção Editorial: Idalina Perestrello
Marketing: Marcos Bartilotti
Grafismo: Liliana Fernandes
Colaboraram neste número: Adriana Floret, Ana Cristina Costa, Andreia Gama, Associação de Conservação do Habitat do Lobo Ibérico, Cláudia Silva, Centro de Informação de Resíduos (CIR), Direcção Nacional da Quercus, Ecocasa, Helena Marques, Gonçalo Brotas, Gonçalo Elias, Hélder Spínola, Idalina Perestrelo, Joaquim Sande Silva, José Paulo Martins, Luís Alves, Manuel Trindade, Núcleo Regional de Braga da Quercus, Núcleo Regional de Guarda da Quercus, Núcleo Regional de Portalegre da Quercus, Núcleo Regional do Porto da Quercus, Paulo Lucas, Sandra Oliveira, Sara Campos, Sofia Vilarigues, Susana Fonseca, Vanda Marques, Vanessa Cunha, Zoomarine.
Fotos capa: Joaquim Pedro Ferreira (JPF), L. Fernandes (LF), Manuel Trindade (MT), Maria João Viveiros (MJV)
Fotos: Arquivo ACHU, Gonçalo Elias, Hélder Spínola, Helena Marques, Idalina Perestrelo, ImagDOP, J. Fontes, Joaquim Pedro Ferreira, Jorge Vieira, José Paulo Martins, L. Fernandes, Luís Alves, Luís Avelar, Luís Quinta, Manuel Trindade, Nuno Sequeira, Paulo Lucas, Sara Carvalho, Vanda Marques, WWW.APINGUELA.COM, WWW.FACULTY.ETSU.EDU/MCDEOWELT, WWW.FORESTWANDER.COM, WWW.JEANTOSTI.COM/FLEURS/CHEVREFEUILLE.HTM WWW.VPPSA.ORG/SERVICES.HTM, Zoomarine.
Impressão: Mirandela Artes Gráfica
Tiragem: 10000 exemplares
Depósito Legal nº: 200020/03

O conteúdo dos artigos constantes nesta publicação é da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

E você?
É dono do seu Banco?

www.montepio.pt

Montepio
Valores que crescem consigo.

Fale connosco e conheça todas as vantagens de ser Cliente Associado.